

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	107
-------------------------------	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	110
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	786.265.136
Preferenciais	1.209.267.480
<b>Total</b>	<b>1.995.532.616</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	8.088.789	9.312.429
1.01	Ativo Circulante	705.557	1.766.804
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	84.342	492.617
1.01.02	Aplicações Financeiras	354.416	1.033.186
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	354.416	1.033.186
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	0	1.033.186
1.01.03	Contas a Receber	150.779	181.759
1.01.03.01	Clientes	150.779	181.759
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	150.779	181.759
1.01.06	Tributos a Recuperar	57.022	28.329
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	57.022	28.329
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	56.706	27.904
1.01.06.01.03	Outros Tributos a Recuperar	316	425
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	58.998	30.913
1.01.08.03	Outros	58.998	30.913
1.01.08.03.03	Cauções e Depósitos Vinculados	788	16.908
1.01.08.03.04	Outros Ativos	58.210	14.005
1.02	Ativo Não Circulante	7.383.232	7.545.625
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	56.421	52.966
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	56.421	16.884
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	33.959	0
1.02.01.09.05	Outros Créditos	22.462	16.884
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	0	36.082
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	0	36.082
1.02.02	Investimentos	3.733.247	3.838.729
1.02.02.01	Participações Societárias	3.733.247	3.838.729
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.733.247	3.838.729
1.02.03	Imobilizado	2.606.454	2.659.239
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.538.570	2.612.500
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	2.536.471	2.610.401
1.02.03.01.03	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	8.127	6.528
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	59.757	40.211
1.02.04	Intangível	987.110	994.691
1.02.04.01	Intangíveis	987.110	994.691
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	23.166	24.212
1.02.04.01.04	Extensão de concessão	940.589	946.957
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	23.355	23.522

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	8.088.789	9.312.429
2.01	Passivo Circulante	689.260	2.355.597
2.01.02	Fornecedores	115.004	1.428.539
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	115.004	1.428.539
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	115.004	1.428.539
2.01.03	Obrigações Fiscais	64.554	14.629
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	64.554	14.629
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	43.411	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	21.143	14.629
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	441.455	569.136
2.01.04.02	Debêntures	441.455	569.136
2.01.04.02.01	Empréstimos Financiamentos e Debêntures	441.455	569.136
2.01.05	Outras Obrigações	62.721	339.399
2.01.05.02	Outros	62.721	339.399
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	841	31.360
2.01.05.02.07	Encargos Setoriais	12.210	20.133
2.01.05.02.08	Obrigações de aquisições	10.040	249.635
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	34.685	38.271
2.01.05.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.945	0
2.01.06	Provisões	5.526	3.894
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.526	3.894
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	5.526	3.894
2.02	Passivo Não Circulante	5.604.468	5.114.374
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.674.555	4.318.188
2.02.01.02	Debêntures	4.674.555	4.318.188
2.02.01.02.01	Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.674.555	4.318.188
2.02.02	Outras Obrigações	375.778	226.676
2.02.02.02	Outros	375.778	226.676
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	21.469	20.106
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	136.664	131.413
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	8.429	7.124
2.02.02.02.12	Obrigações de Aquisições	25.874	48.082
2.02.02.02.13	Outras Obrigações	12.066	11.912
2.02.02.02.14	Instrumentos Financeiros Derivativos	171.276	8.039
2.02.03	Tributos Diferidos	472.618	494.909
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	472.618	494.909
2.02.04	Provisões	81.517	74.601
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	81.517	74.601
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	81.517	74.601
2.03	Patrimônio Líquido	1.795.061	1.842.458
2.03.01	Capital Social Realizado	684.948	474.607
2.03.02	Reservas de Capital	103.968	142.068
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	128.609	128.609
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	-38.375	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.065	3.790
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	474.604	692.888
2.03.04.01	Reserva Legal	94.921	94.921
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	379.683	16.873
2.03.04.12	Dividendos intermediários	0	7.942
2.03.04.13	Lucros a Destinar na AGO	0	573.152
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	73.968	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	457.573	532.895
2.03.08.01	Plano de Previdência Privada - Perda Atuarial, Líquido de Impostos	-86.277	-86.277
2.03.08.02	Programa de Incentivo a Aposentadoria	-1.717	-1.717
2.03.08.03	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	-34.975	-9.001
2.03.08.04	Hedge de Fluxo de Caixa, Líquido de Impostos	-21.520	0
2.03.08.05	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	602.062	629.890

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	416.272	870.974	367.785	793.177
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-288.002	-489.901	-180.703	-356.293
3.03	Resultado Bruto	128.270	381.073	187.082	436.884
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.552	-21.647	2.485	-23.141
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.843	-82.831	-68.244	-98.230
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.728	10.191	23.661	23.468
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	32.667	50.993	47.068	51.621
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	130.822	359.426	189.567	413.743
3.06	Resultado Financeiro	-111.829	-210.086	-34.114	-146.771
3.06.01	Receitas Financeiras	5.410	8.878	40.990	37.665
3.06.02	Despesas Financeiras	-117.239	-218.964	-75.104	-184.436
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	18.993	149.340	155.453	266.972
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.162	-32.207	-36.494	-72.694
3.08.01	Corrente	-9.309	-43.411	-37.261	-82.230
3.08.02	Diferido	14.471	11.204	767	9.536
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.155	117.133	118.959	194.278
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	24.155	117.133	118.959	194.278
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	24.155	117.133	118.959	194.278
4.02	Outros Resultados Abrangentes	7.166	-47.494	231	326
4.02.01	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	-27.498	-25.975	231	326
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	52.518	-32.606	0	0
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-17.854	11.087	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	31.321	69.639	119.190	194.604

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-358.010	-264.492
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	373.969	349.952
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	117.133	194.278
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	141.180	86.738
6.01.01.03	Variação Monetária e Cambial	342	35.972
6.01.01.04	Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	0	5.300
6.01.01.06	Provisão (reversão) para Processos Judiciais e Outros	824	-20.014
6.01.01.07	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	183.953	129.442
6.01.01.08	Juros sobre Passivo de Arrendamento	1.002	1.378
6.01.01.09	Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	5.251	5.607
6.01.01.10	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-3.630	-22.814
6.01.01.11	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-11.204	-9.536
6.01.01.12	Ações e Opções de Ações Outorgadas	275	231
6.01.01.13	Baixa de Bens do Ativo	631	291
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-61.788	-56.921
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.989	82.851
6.01.02.01	Variação nos Ativos e Passivos Operacionais	10.989	82.851
6.01.03	Outros	-742.968	-697.295
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Deduzido dos Juros Capitalizados	-104.729	-116.163
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-13.209	-48.399
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	0	-783
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-210	-281
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	24.097	24.486
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	659.781	-556.155
6.01.03.07	Pagamento de liquidação financeira GSF	-1.308.698	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-214.503	-116.872
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-68.560	-34.822
6.02.02	Aumento de Capital em Controladas	-297.392	-117.405
6.02.03	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-882.917	-21.749
6.02.04	Venda de Controlada	66.656	0
6.02.05	Dividendos Recebidos	76.487	0
6.02.06	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	36.814	57.104
6.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	36.906	0
6.02.08	Redução de participação acionária, líquido do caixa das empresas desconsolidadas	817.503	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	164.238	377.890
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	800.000	500.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-109.454	-89.145
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-507.925	-7.148
6.03.04	Pagamento de Passivo de Arrendamento (Principal)	-485	-1.339
6.03.05	Custo de Empréstimos e Debentures (Custos de Transação)	0	-5.642

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
6.03.06	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados de Garantias de Financiamento	-17.898	-18.836
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-408.275	-3.474
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	492.617	10.080
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	84.342	6.606

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	474.607	142.068	692.888	0	532.895	1.842.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	142.068	692.888	0	532.895	1.842.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	210.341	275	-218.284	-70.993	0	-78.661
5.04.01	Aumentos de Capital	210.341	0	-210.341	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-7.943	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	-7.943
5.04.08	Remuneração com Base em Ações	0	275	0	0	0	275
5.04.09	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	-70.993	0	-70.993
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	117.133	-47.494	69.639
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	117.133	0	117.133
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-47.494	-47.494
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-25.975	-25.975
5.05.02.06	Hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-32.606	-32.606
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	11.087	11.087
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-38.375	0	27.828	-27.828	-38.375
5.06.04	Compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	0	-38.375	0	0	0	-38.375
5.06.05	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	42.163	-42.163	0
5.06.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	-14.335	14.335	0
5.07	Saldos Finais	684.948	103.968	474.604	73.968	457.573	1.795.061

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	231	0	-89.209	0	-88.978
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-89.209	0	-89.209
5.04.08	Remuneração com base em Ações	0	231	0	0	0	231
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	194.278	326	194.604
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	194.278	0	194.278
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	326	326
5.05.02.06	Equivalência Patrimonial	0	0	0	0	326	326
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	27.830	-27.830	0
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	42.167	-42.167	0
5.06.05	Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	0	-14.337	14.337	0
5.07	Saldos Finais	474.607	141.783	209.271	132.899	598.236	1.556.796

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
7.01	Receitas	1.040.277	967.709
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.002.352	928.268
7.01.02	Outras Receitas	2.590	198
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	33.271	37.408
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.064	1.835
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-401.193	-332.776
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-307.382	-208.406
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-60.360	-99.414
7.02.04	Outros	-33.451	-24.956
7.03	Valor Adicionado Bruto	639.084	634.933
7.04	Retenções	-143.405	-92.038
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-132.644	-86.738
7.04.02	Outras	-10.761	-5.300
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	495.679	542.895
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	70.974	82.314
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	61.753	56.921
7.06.02	Receitas Financeiras	9.221	25.393
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	566.653	625.209
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	566.653	625.209
7.08.01	Pessoal	65.248	60.910
7.08.01.01	Remuneração Direta	59.915	54.598
7.08.01.02	Benefícios	1.879	2.930
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.454	3.382
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	164.230	195.845
7.08.02.01	Federais	146.181	180.121
7.08.02.02	Estaduais	17.926	15.545
7.08.02.03	Municipais	123	179
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	220.042	174.176
7.08.03.01	Juros	218.964	173.539
7.08.03.02	Aluguéis	1.078	637
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	117.133	194.278
7.08.04.02	Dividendos	0	89.209
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	117.133	105.069

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	10.254.799	10.019.522
1.01	Ativo Circulante	1.462.314	2.425.331
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	104.400	504.874
1.01.02	Aplicações Financeiras	946.688	1.521.031
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	946.688	1.521.031
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	0	1.521.031
1.01.03	Contas a Receber	242.172	286.571
1.01.03.01	Clientes	242.172	286.571
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	242.172	286.571
1.01.06	Tributos a Recuperar	64.216	34.827
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	64.216	34.827
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	64.216	34.827
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	104.838	78.028
1.01.08.03	Outros	104.838	78.028
1.01.08.03.03	Outros Ativos	97.964	55.413
1.01.08.03.04	Cauções e Depósitos Vinculados	6.874	22.615
1.02	Ativo Não Circulante	8.792.485	7.594.191
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	280.195	176.013
1.02.01.06	Ativos Biológicos	16.228	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	4.584
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	4.584
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	263.967	171.429
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	223.693	137.184
1.02.01.10.09	Outros Ativos	40.274	34.245
1.02.02	Investimentos	74.641	52.355
1.02.02.01	Participações Societárias	74.641	52.355
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	74.641	52.355
1.02.03	Imobilizado	6.900.698	6.121.633
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.333.937	5.870.564
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	6.331.838	5.868.465
1.02.03.01.03	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	97.032	82.781
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	469.729	168.288
1.02.04	Intangível	1.536.951	1.244.190
1.02.04.01	Intangíveis	1.536.951	1.244.190
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	23.166	24.212
1.02.04.01.03	Gerado na Aquisição de Investimentos	519.660	241.164
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	940.589	0
1.02.04.01.05	Extensão de concessão	53.536	946.957
1.02.04.01.06	Software e Outros Intangíveis	0	31.857

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	10.254.799	10.019.522
2.01	Passivo Circulante	1.084.464	2.586.678
2.01.02	Fornecedores	196.026	1.472.805
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	196.026	1.472.805
2.01.03	Obrigações Fiscais	75.506	22.859
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	75.506	22.859
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	49.180	4.775
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	26.326	18.084
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	537.114	636.399
2.01.04.02	Debêntures	537.114	636.399
2.01.04.02.01	Empréstimos, financiamentos e debêntures	537.114	636.399
2.01.05	Outras Obrigações	270.292	450.721
2.01.05.02	Outros	270.292	450.721
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	841	31.360
2.01.05.02.07	Encargos Setoriais	12.797	20.363
2.01.05.02.08	Obrigações de Aquisições	39.755	249.635
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	155.181	101.000
2.01.05.02.10	Conta de ressarcimento	41.436	48.363
2.01.05.02.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	20.282	0
2.01.06	Provisões	5.526	3.894
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.526	3.894
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	5.526	3.894
2.02	Passivo Não Circulante	6.555.128	5.590.386
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.243.878	4.622.483
2.02.01.02	Debêntures	5.243.878	4.622.483
2.02.01.02.02	Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.243.878	4.622.483
2.02.02	Outras Obrigações	717.934	394.690
2.02.02.02	Outros	717.934	394.690
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	102.547	86.327
2.02.02.02.07	Obrigações com benefícios Pós-Emprego	136.664	131.413
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	8.429	7.124
2.02.02.02.12	Obrigações de Aquisições	88.120	48.082
2.02.02.02.13	Conta de Ressarcimento	70.695	26.173
2.02.02.02.14	Outras Obrigações	123.957	87.532
2.02.02.02.15	Instrumentos Financeiros Derivativos	187.522	8.039
2.02.03	Tributos Diferidos	511.595	498.612
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	511.595	498.612
2.02.04	Provisões	81.721	74.601
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	81.721	74.601
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	81.721	74.601
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.615.207	1.842.458
2.03.01	Capital Social Realizado	684.948	474.607
2.03.02	Reservas de Capital	103.968	142.068
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	128.609	128.609
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	-38.375	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.065	3.790

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	474.604	692.888
2.03.04.01	Reserva Legal	94.921	94.921
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	379.683	16.873
2.03.04.11	Lucros a Destinar na AGO	0	573.152
2.03.04.12	Dividendos intermediários	0	7.942
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	73.968	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	457.573	532.895
2.03.08.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial, Líquido de Impostos	602.062	629.890
2.03.08.02	Plano de Previdência Privada - Perda Atuarial, Líquido de Impostos	-86.277	-86.277
2.03.08.03	Programa de Incentivo a Aposentadoria	-1.717	-1.717
2.03.08.04	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	-34.975	-9.001
2.03.08.05	Hedge de Fluxo de Caixa, Líquido de Impostos	-21.520	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	820.146	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	561.421	1.118.156	475.207	969.603
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-378.437	-650.134	-236.946	-464.613
3.03	Resultado Bruto	182.984	468.022	238.261	504.990
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-45.345	-91.574	-40.921	-72.704
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-54.345	-101.868	-70.328	-101.508
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.678	10.048	29.407	28.804
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	322	246	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	137.639	376.448	197.340	432.286
3.06	Resultado Financeiro	-116.812	-220.744	-36.459	-154.990
3.06.01	Receitas Financeiras	14.472	22.743	43.841	43.759
3.06.02	Despesas Financeiras	-131.284	-243.487	-80.300	-198.749
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.827	155.704	160.881	277.296
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.701	-35.198	-41.922	-83.018
3.08.01	Corrente	-15.026	-54.713	-42.774	-92.136
3.08.02	Diferido	21.727	19.515	852	9.118
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.528	120.506	118.959	194.278
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	27.528	120.506	118.959	194.278
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	24.155	117.133	118.959	194.278
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.373	3.373	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	27.528	120.506	118.959	194.278
4.02	Outros Resultados Abrangentes	7.166	-47.494	231	326
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	13.556	-69.319	231	326
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-6.390	21.825	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	34.694	73.012	119.190	194.604
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	31.321	69.639	119.190	194.604
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.373	3.373	0	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-265.595	-245.661
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	503.965	483.745
6.01.01.01	Lucro líquido do período	117.133	194.278
6.01.01.02	Depreciação e amortização	233.425	160.452
6.01.01.03	Provisão para processos judiciais e outros	824	-20.014
6.01.01.04	Marcação a mercado de derivativos	6.212	-736
6.01.01.05	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	197.135	136.361
6.01.01.06	Juros sobre passivo de arrendamento	4.565	4.793
6.01.01.07	Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	5.251	5.607
6.01.01.08	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-10.139	-27.469
6.01.01.09	Baixa de bens do ativo	4.425	4.548
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	-246	0
6.01.01.11	GSF - recuperação de custo	-35.899	0
6.01.01.12	Tributos e contribuições sociais diferidos	-19.515	-9.118
6.01.01.13	Ações e opções de ações outorgadas	275	231
6.01.01.14	Variação monetária e cambial	519	34.812
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	124.487	146.025
6.01.02.01	Variação de ativos e passivos operacionais	124.487	146.025
6.01.03	Outros	-894.047	-875.431
6.01.03.01	Pagamento de liquidação financeira GSF	-1.308.698	0
6.01.03.02	Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	-116.201	-121.961
6.01.03.03	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-55.412	-27.336
6.01.03.04	Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	0	-783
6.01.03.05	Pagamento de processos judiciais e outros	-210	-43.300
6.01.03.06	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	30.323	27.092
6.01.03.07	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	556.151	-709.143
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-272.700	-136.828
6.02.01	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-339.939	-95.239
6.02.02	Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	-22.500	0
6.02.03	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	-750.325	-22.979
6.02.04	Emissão de ações preferenciais em subsidiárias	817.503	0
6.02.05	Liquidação de instrumento derivativo - NDF	-5.336	0
6.02.06	(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados	-48.298	-18.610
6.02.07	Venda de controlada	76.195	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	137.821	364.149
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	800.000	500.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-549.747	-25.305
6.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-109.453	-89.145
6.03.04	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-1.749	-4.206
6.03.05	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-1.191	-5.873

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
6.03.06	(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de financiamento	-39	-11.322
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-400.474	-18.340
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	504.874	31.838
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	104.400	13.498

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	474.607	142.068	692.888	0	532.895	1.842.458	0	1.842.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	142.068	692.888	0	532.895	1.842.458	0	1.842.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	210.341	275	-218.284	-70.993	0	-78.661	816.773	738.112
5.04.01	Aumentos de Capital	210.341	0	-210.341	0	0	0	816.773	816.773
5.04.08	Remuneração com base em ações	0	275	0	0	0	275	0	275
5.04.09	Pagamento de Dividendos Intermediários	0	0	-7.943	0	0	-7.943	0	-7.943
5.04.10	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	-70.993	0	-70.993	0	-70.993
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	117.133	-47.494	69.639	3.373	73.012
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	117.133	0	117.133	3.373	120.506
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-47.494	-47.494	0	-47.494
5.05.02.06	Hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-32.606	-32.606	0	-32.606
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	11.087	11.087	0	11.087
5.05.02.08	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	0	0	0	0	-25.975	-25.975	0	-25.975
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-38.375	0	27.828	-27.828	-38.375	0	-38.375
5.06.04	Compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	0	-38.375	0	0	0	-38.375	0	-38.375
5.06.05	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	42.163	-42.163	0	0	0
5.06.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	-14.335	14.335	0	0	0
5.07	Saldos Finais	684.948	103.968	474.604	73.968	457.573	1.795.061	820.146	2.615.207

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
7.01	Receitas	1.629.753	1.189.506
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.248.359	1.113.851
7.01.02	Outras Receitas	19.552	1.935
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	359.778	71.885
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.064	1.835
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-804.220	-399.978
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-341.460	-215.122
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-101.256	-125.144
7.02.04	Outros	-361.504	-59.712
7.03	Valor Adicionado Bruto	825.533	789.528
7.04	Retenções	-234.389	-160.686
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-234.389	-160.686
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	591.144	628.842
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.520	30.861
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	246	0
7.06.02	Receitas Financeiras	23.274	30.861
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	614.664	659.703
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	614.664	659.703
7.08.01	Pessoal	66.260	61.137
7.08.01.01	Remuneração Direta	60.762	54.814
7.08.01.02	Benefícios	1.880	2.932
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.618	3.391
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	183.343	222.219
7.08.02.01	Federais	161.984	203.184
7.08.02.02	Estaduais	21.229	18.852
7.08.02.03	Municipais	130	183
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	244.555	182.069
7.08.03.01	Juros	242.243	181.309
7.08.03.02	Aluguéis	2.312	760
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	120.506	194.278
7.08.04.02	Dividendos	0	89.209
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	117.133	105.069
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3.373	0

## 1. Perfil

---

A AES Tietê Energia, é uma Companhia de capital aberto autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). Atualmente, a AES Brasil conta com um portfólio de ativos renováveis com uma capacidade instalada total de 3,7 GW, sendo 2.658,3 MW hídrico, 731,6 MW eólico e 295,1 MW solar. Além disso, a Companhia possui em desenvolvimento parte de seu pipeline eólico, ainda em negociação, que poderá adicionar até 0,8 GW de capacidade instalada. Após a finalização dos projetos em desenvolvimento e pertencentes ao pipeline, o portfólio da Companhia contará com 4,5 GW de capacidade instalada.

### **Fonte Hídrica**

O portfólio hidráulico da Companhia é composto por nove usinas hidráulicas (“UHEs”) e três pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”).

### **Fonte Eólica**

Em 03 de agosto de 2017, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, o primeiro ativo eólico do portfólio da Companhia. Em novembro e dezembro de 2019, a Companhia anunciou a realização de dois contratos de compra e venda de energia, que serão supridos pelo Complexo Eólico Tucano, cujas obras foram iniciadas em fevereiro de 2021.

Em 02 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição do Complexo Eólico Ventus, ativo operacional localizado no Rio Grande do Norte que adiciona 187,0 MW ao portfólio da Companhia.

Em 30 de abril de 2021, a AES Brasil concluiu a aquisição dos Complexos Eólicos MS e Santos. Os complexos estão localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, costa da região Nordeste, e encontram-se em operação desde 2013. Possui 158,5 MW de capacidade instalada, 100% contratado no mercado regulado (LER 2009 e LEN 2011) e comercializado por leilões de reserva e de energia nova por 20 anos.

Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou um PPA com a Minasligas para o fornecimento de 21 MWm pelo prazo de 20 anos a partir de 2023. No dia 25 do mesmo mês, a AES Brasil assinou um PPA com Ferbasa, para o fornecimento de 80 MWm a partir de 2024, também pelo prazo de 20 anos. Ambos os projetos serão supridos pelo Complexo Eólico Cajuína e o início de sua construção é esperado para 2021.

Em 24 de maio de 2021, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico que compõem a primeira fase do Complexo Eólico Cajuína, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada de 420 MWm.

Em 19 de julho de 2021, após o cumprimento de condições precedentes previstas em SPA, a controlada direta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 7 SPEs que compõem o projeto do Complexo Eólico Serra Verde, com capacidade instalada de 256MWm pelo valor total de R\$93.050. O projeto, localizado nos municípios de Bodó, Cerro Corá, Santana do Matos e Fernando Pedroza no Rio Grande do Norte, consiste em 5 SPVs com 201MWm em estágio avançado e 2 SPV com 55MWm, que estão em estágio intermediário.

Além disso, a Companhia possui ~1,3 GW de pipeline de projetos eólicos prontos para venda, incluindo 260,4 MW do Complexo Eólico Tucano e o acordo de compra de aproximadamente 1,0 GW remanescente do projeto greenfield eólico no Rio Grande do Norte – Complexo Eólico Cajuína – assinado em março de 2020.

## Fonte Solar

Em 2017, por meio da aquisição da Fase 1 e comercialização da Fase 2 em leilão, a AES Brasil adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. O complexo teve entrada em operação comercial faseada, sendo que a primeira delas iniciou operação comercial em 14 de agosto de 2019 e a segunda iniciou sua operação comercial em 29 de novembro do mesmo ano.

Em 3 de setembro de 2018, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Solar Guaimbê, que passou a contribuir para o resultado da Companhia a partir do mesmo mês.

Em 11 de junho de 2021, foi executada a venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil, com a consequente alienação de 100% das quotas da controlada direta AES Tietê Inova e as controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil.

## 1.1 Desempenho econômico-financeiro

Em milhares de reais	1S21	1S20	Var. R\$	Var. %
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.267.911</b>	<b>1.115.786</b>	<b>152.125</b>	<b>13,6%</b>
Deduções da receita operacional bruta	(149.755)	(146.183)	(3.572)	2,4%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.118.156</b>	<b>969.603</b>	<b>148.553</b>	<b>15,3%</b>
Custo de produção e operação de energia	(648.287)	(464.239)	(184.048)	39,6%
<b>Lucro bruto</b>	<b>469.869</b>	<b>505.364</b>	<b>(35.495)</b>	<b>-7,0%</b>
Despesas operacionais	(93.667)	(73.078)	(20.589)	28,2%
Equivalência patrimonial	246	-	246	N/A
Resultado financeiro	(220.744)	(154.990)	(65.754)	42,4%
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>155.704</b>	<b>277.296</b>	<b>(121.592)</b>	<b>-43,8%</b>
Tributos sobre o lucro	(35.198)	(83.018)	47.820	-57,6%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>120.506</b>	<b>194.278</b>	<b>(73.772)</b>	<b>-38,0%</b>

*Em milhares de reais - Consolidado*

No semestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$120.506 ante um lucro líquido de R\$195.278 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram a redução de 38% do resultado da Companhia.

## 1.2 Receita operacional líquida .

	1S21		1S20		GWh	R\$
	GWh	R\$	GWh	R\$	Var. %	Var. %
Contratos bilaterais	6.988	948.446	5.333	881.187	31,0%	7,6%
Mercado de curto prazo						
MRE	182	1.479	798	10.117	-77,2%	-85,4%
SPOT	26	6.789	(95)	21.632	-127,4%	-68,6%
Outros	-	24.447	-	14.216	-	72,%
Contratos de energia eólicos	868	190.596	758	128.551	14,5%	48,3%
Contratos de energia solares	92	76.602	189	58.148	-51,3%	31,7%
Outras receitas	-	19.552	-	1.935	N/A	910,4%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>8.156</b>	<b>1.267.911</b>	<b>6.983</b>	<b>1.115.786</b>	<b>16,8%</b>	<b>13,6%</b>
Deduções da receita operacional bruta		(149.755)		(146.183)		2,4%
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>1.118.156</b>		<b>969.603</b>		<b>15,3%</b>

Em milhares de reais - Consolidado

O aumento de 15,3% da receita operacional líquida é explicado principalmente pelo:

- aumento de receita proveniente da venda de contratos bilaterais no montante de R\$71.220, principalmente em função de novas vendas nesse período, frente ao 1º semestre de 2020 e, também, fruto atualização dos preços de contratos (6.988GWh no 1S21 vs. 5.333 GWh no 1S20);
- aumento da receita proveniente dos contratos de energia eólica no montante de R\$71.407, principalmente em função da entrada do resultado do Complexo Eólico Ventus, que faz parte do resultado da Companhia desde dezembro de 2020, e entrada no resultado, a partir de 30 de abril de 2021, do Complexo Salinas e Mandacaru;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução de receita proveniente do mercado de curto prazo, no montante de R\$23.481, principalmente em função da redução de vendas ocasionadas pela hidrologia adversa observada no primeiro semestre;

## 1.3 Custos e despesas operacionais

Os custos de produção e operação de energia somados aos custos operacionais e despesas gerais e

administrativas no semestre findo em 30 de junho de 2021 apresentaram um aumento de R\$204.637 ou 67% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente por:

- aumento da depreciação e amortização de 59% no montante de R\$73.966, principalmente referente a amortização do montante reconhecido da repactuação do risco hidrológico no 4T20 e em função da adição do Complexo Eólico Salinas e Mandacaru no portfólio da Companhia;
- aumento de 78% ou R\$128.311 no custo com energia comprada para revenda, ocasionado principalmente pela hidrologia adversa observada no 1S21.



## Resultado financeiro

No 1S21 o resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R\$220.744 ou 42,4% superior à despesa apresentada no 1S20 que foi de R\$154.990. Contribuiu para esse desempenho:

- efeito negativo de R\$72.160 em função do aumento da atualização monetária, com base no IPCA que apurou um índice maior que o primeiro trimestre de 2020 (R\$ 11.166), sobre financiamentos da companhia;
- efeito negativo de R\$17.734 função da não incorporação do AFAC ao capital social da controlada Nova Energia, a Companhia efetuou o recolhimento do IOF sobre contrato de mútuo.
- redução da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$13.179 no 1S21 ante R\$28.249 no 1S20), devido principalmente pela menor taxa de juros CDI médio entre os períodos comparados (de 2,64%, no 1S21 ante 3,3 % no 1S20), parcialmente compensado pelo maior saldo médio das aplicações financeiras em 2021;

**Notas Explicativas**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Reapresentado		Reapresentado	
		Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	84.342	492.617	104.400	504.874
Investimentos de curto prazo	4	354.416	1.033.186	946.688	1.521.031
Contas a receber de clientes	5	150.779	181.759	242.172	286.571
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	56.706	27.904	62.547	30.274
Outros tributos a recuperar	6	316	425	1.669	4.553
Cauções e depósitos vinculados	8	788	16.908	6.874	22.615
Outros ativos	9	58.210	14.005	97.964	55.413
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>705.557</b>	<b>1.766.804</b>	<b>1.462.314</b>	<b>2.425.331</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Tributos diferidos	7	—	—	16.228	4.584
Cauções e depósitos vinculados	8	33.959	36.082	223.693	137.184
Outros ativos	9	22.462	16.884	40.274	34.245
Investimentos em controladas e joint ventures	11	3.733.247	3.838.729	74.641	52.355
Imobilizado, líquido	12	2.606.454	2.659.239	6.900.698	6.121.633
Intangível, líquido	13	987.110	994.691	1.536.951	1.244.190
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.383.232</b>	<b>7.545.625</b>	<b>8.792.485</b>	<b>7.594.191</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>8.088.789</b>	<b>9.312.429</b>	<b>10.254.799</b>	<b>10.019.522</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Reapresentado		Reapresentado		
	Controladora		Consolidado		
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	14	115.004	1.428.539	196.026	1.472.805
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	441.455	569.136	537.114	636.399
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	43.411	—	49.180	4.775
Outros tributos a pagar	15	21.143	14.629	26.326	18.084
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		841	31.360	841	31.360
Provisões para processos judiciais e outros	19	5.526	3.894	5.526	3.894
Encargos setoriais	20	12.210	20.133	12.797	20.363
Instrumentos financeiros derivativos	30	4.945	—	20.282	—
Obrigações de aquisições	21	10.040	249.635	39.755	249.635
Conta de ressarcimento	22	—	—	155.181	101.000
Outras obrigações	22	34.685	38.271	41.436	48.363
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>689.260</b>	<b>2.355.597</b>	<b>1.084.464</b>	<b>2.586.678</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	4.674.555	4.318.188	5.243.878	4.622.483
Passivo de arrendamento	17	21.469	20.106	102.547	86.327
Tributos diferidos	7	472.618	494.909	511.595	498.612
Obrigações com benefícios pós-emprego	18	136.664	131.413	136.664	131.413
Provisões para processos judiciais e outros	19	81.517	74.601	81.721	74.601
Encargos setoriais	20	8.429	7.124	8.429	7.124
Instrumentos financeiros derivativos	30	171.276	8.039	187.522	8.039
Obrigações de aquisições	21	25.874	48.082	88.120	48.082
Conta de ressarcimento	22	—	—	70.695	—
Outras obrigações	22	12.066	11.912	123.957	113.705
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>5.604.468</b>	<b>5.114.374</b>	<b>6.555.128</b>	<b>5.590.386</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social subscrito e integralizado	23	684.948	474.607	684.948	474.607
Reserva de capital	23.1	103.968	142.068	103.968	142.068
Reservas de lucros	23.1	474.604	119.736	474.604	119.736
Lucros a destinar na AGO	23.1	—	573.152	—	573.152
Outros resultados abrangentes	23.1	457.573	532.895	457.573	532.895
Lucros acumulados		73.968	—	73.968	—
<b>Subtotal</b>		<b>1.795.061</b>	<b>1.842.458</b>	<b>1.795.061</b>	<b>1.842.458</b>
Participação de acionista não controlador		—	—	820.146	—
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.795.061</b>	<b>1.842.458</b>	<b>2.615.207</b>	<b>1.842.458</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>8.088.789</b>	<b>9.312.429</b>	<b>10.254.799</b>	<b>10.019.522</b>

## **Notas Explicativas**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**pDEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
 Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Reapresentado				Reapresentado				
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	
Receita líquida	24	416.272	870.974	367.785	793.177	561.421	1.118.156	475.207	969.603
Custo de produção e operação de energia	25	(288.002)	(489.901)	(180.703)	(356.293)	(378.437)	(650.134)	(236.946)	(464.613)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>128.270</b>	<b>381.073</b>	<b>187.082</b>	<b>436.884</b>	<b>182.984</b>	<b>468.022</b>	<b>238.261</b>	<b>504.990</b>
Gerais e administrativas	26	(38.843)	(82.831)	(68.244)	(98.230)	(54.345)	(101.868)	(70.328)	(101.508)
Outras Receitas operacionais	27	8.728	10.191	23.661	23.468	8.678	10.048	29.407	28.804
<b>TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(30.115)</b>	<b>(72.640)</b>	<b>(44.583)</b>	<b>(74.762)</b>	<b>(45.667)</b>	<b>(91.820)</b>	<b>(40.921)</b>	<b>(72.704)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	11	32.667	50.993	47.068	51.621	322	246	—	—
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>130.822</b>	<b>359.426</b>	<b>189.567</b>	<b>413.743</b>	<b>137.639</b>	<b>376.448</b>	<b>197.340</b>	<b>432.286</b>
Receitas financeiras		5.410	8.878	40.990	37.665	14.472	22.743	43.841	43.759
Despesas financeiras		(117.239)	(218.964)	(75.104)	(184.436)	(131.284)	(243.487)	(80.300)	(198.749)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	28	<b>(111.829)</b>	<b>(210.086)</b>	<b>(34.114)</b>	<b>(146.771)</b>	<b>(116.812)</b>	<b>(220.744)</b>	<b>(36.459)</b>	<b>(154.990)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>18.993</b>	<b>149.340</b>	<b>155.453</b>	<b>266.972</b>	<b>20.827</b>	<b>155.704</b>	<b>160.881</b>	<b>277.296</b>
Contribuição social		(2.596)	(11.778)	(9.998)	(22.083)	(4.601)	(15.718)	(11.894)	(25.488)
Imposto de renda		(6.713)	(31.633)	(27.263)	(60.147)	(10.425)	(38.995)	(30.880)	(66.648)
Contribuição social diferida		3.850	3.006	224	2.565	6.097	5.632	118	2.578
Imposto de renda diferido		10.621	8.198	543	6.971	15.630	13.883	734	6.540

**Notas Explicativas**

TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	7	<u>5.162</u>	<u>(32.207)</u>	<u>(36.494)</u>	<u>(72.694)</u>	<u>6.701</u>	<u>(35.198)</u>	<u>(41.922)</u>	<u>(83.018)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>24.155</u>	<u>117.133</u>	<u>118.959</u>	<u>194.278</u>	<u>27.528</u>	<u>120.506</u>	<u>118.959</u>	<u>194.278</u>
Atribuído a acionistas da empresa controladora		24.155	117.133	118.959	194.278	24.155	117.133	118.959	194.278
Atribuído a acionistas não controladores		-	-	-	-	3.373	3.373	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
 Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora				Consolidado			
	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Lucro líquido do período	24.155	117.133	118.959	194.278	27.528	120.506	118.959	194.278
Outros resultados abrangentes:								
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro								
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada, líquido de impostos diferidos	(27.498)	(25.975)	231	326	—	—	—	—
Hedge de fluxo de caixa	52.518	(32.606)	—	—	13.556	(69.319)	231	326
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.854)	11.087	—	—	(6.390)	21.825	—	—
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>31.321</b>	<b>69.639</b>	<b>119.190</b>	<b>194.604</b>	<b>34.694</b>	<b>73.012</b>	<b>119.190</b>	<b>194.604</b>
Atribuído a acionistas da empresa controladora					31.321	69.639	119.190	194.604
Atribuído a acionistas não controladores					3.373	3.373	—	—

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Período findo em 30 de junho de 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Reservas de capital						Reservas de Lucros						Participação de acionista não controlador	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva especial de ágio	Remuneração de bens e direitos	Opções de ações outorgadas	Ágio em transação de capital	Outras reservas de capital	Legal	Reserva de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da Companhia		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>474.607</b>	<b>128.609</b>	<b>9.405</b>	<b>3.274</b>	<b>—</b>	<b>264</b>	<b>94.921</b>	<b>16.873</b>	<b>97.477</b>	<b>625.740</b>	<b>—</b>	<b>1.451.170</b>	<b>—</b>	<b>1.451.170</b>
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	194.278	194.278	—	194.278
<b>Resultado abrangente total:</b>														
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	326	—	326	—	326
<b>Transações com os acionistas:</b>														
Remuneração com base em ações	—	—	—	231	—	—	—	—	—	—	—	231	—	231
Distribuição de dividendos intermediários	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(89.209)	(89.209)	—	(89.209)
<b>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</b>														
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(42.167)	42.167	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14.337	(14.337)	—	—	—
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>474.607</b>	<b>128.609</b>	<b>9.405</b>	<b>3.505</b>	<b>—</b>	<b>264</b>	<b>94.921</b>	<b>16.873</b>	<b>97.477</b>	<b>598.236</b>	<b>132.899</b>	<b>1.556.796</b>	<b>—</b>	<b>1.556.796</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>474.607</b>	<b>128.609</b>	<b>9.405</b>	<b>3.790</b>	<b>—</b>	<b>264</b>	<b>94.921</b>	<b>597.967</b>	<b>—</b>	<b>532.895</b>	<b>—</b>	<b>1.842.458</b>	<b>—</b>	<b>1.842.458</b>
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	117.133	117.133	3.373	120.506
<b>Resultado abrangente total:</b>														
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(25.975)	—	(25.975)	—	(25.975)
Hedge de fluxo de caixa	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(32.606)	—	(32.606)	—	(32.606)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11.087	—	11.087	—	11.087
<b>Transações com os acionistas:</b>														
Remuneração com base em ações	—	—	—	275	—	—	—	—	—	—	—	275	—	275

**Notas Explicativas**

Pagamento de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(7.943)	-	-	-	(7.943)	-	(7.943)
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(70.993)	(70.993)	-	(70.993)
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>														
Aumento de capital	210.341	-	-	-	-	-	-	(210.341)	-	-	-	-	816.773	816.773
Compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-	-	-	-	(38.375)	-	-	-	-	-	-	(38.375)	-	(38.375)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.163)	42.163	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.335	(14.335)	-	-	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>684.948</b>	<b>128.609</b>	<b>9.405</b>	<b>4.065</b>	<b>(38.375)</b>	<b>264</b>	<b>94.921</b>	<b>379.683</b>	<b>-</b>	<b>457.573</b>	<b>73.968</b>	<b>1.795.061</b>	<b>820.146</b>	<b>2.615.207</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2020 a 30.06.2020	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2020 a 30.06.2020
<b>Atividades operacionais:</b>					
Lucro líquido do período		117.133	194.278	117.133	194.278
<b>Ajustes para conciliar o Lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</b>					
Depreciação e amortização		141.180	86.738	233.425	160.452
Varição monetária e cambial		342	35.972	519	34.812
Provisão para processos judiciais e outros	19	824	(20.014)	824	(20.014)
Marcação a mercado de derivativos		—	—	6.212	(736)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	16 e 28	183.953	129.442	197.135	136.361
Juros sobre passivo de arrendamento	17	1.002	1.378	4.565	4.793
Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	18	5.251	5.607	5.251	5.607
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(3.630)	(22.814)	(10.139)	(27.469)
Baixa de bens do ativo	12	631	291	4.425	4.548
Resultado de equivalência patrimonial	11	(61.788)	(51.621)	(246)	—
GSF - recuperação de custo	13	—	—	(35.899)	—
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	(11.204)	(9.536)	(19.515)	(9.118)
Ações e opções de ações outorgadas		275	231	275	231
<b>Varição de ativos e passivos operacionais</b>		<b>10.989</b>	<b>82.851</b>	<b>124.487</b>	<b>146.025</b>
		<b>384.958</b>	<b>432.803</b>	<b>628.452</b>	<b>629.770</b>
Pagamento de liquidação financeira GSF	14	(1.308.698)	—	(1.308.698)	—
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	16 e 25	(104.729)	(116.163)	(116.201)	(121.961)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(13.209)	(48.399)	(55.412)	(27.336)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	18	—	(783)	—	(783)
Pagamento de processos judiciais e outros	19	(210)	(281)	(210)	(43.300)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		24.097	24.486	30.323	27.092
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		659.781	(556.155)	556.151	(709.143)
<b>Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais</b>		<b>(358.010)</b>	<b>(264.492)</b>	<b>(265.595)</b>	<b>(245.661)</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>					
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada		36.906	—	—	—
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	12 e 13	(68.560)	(34.822)	(339.939)	(95.239)
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	11	(297.392)	(117.405)	(22.500)	—
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas		(882.917)	(21.749)	(750.325)	(22.979)
Emissão de ações preferenciais em subsidiárias		817.503	—	817.503	—
Liquidação de instrumento derivativo - NDF		—	—	(5.336)	—
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados		36.814	57.104	(48.298)	(18.610)

**Notas Explicativas**

Venda de controlada		66.656	–	76.195	–
Dividendos recebidos		76.487	–	–	–
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>		<b>(214.503)</b>	<b>(116.872)</b>	<b>(272.700)</b>	<b>(136.828)</b>
<b><u>Atividades de financiamentos:</u></b>					
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	16	800.000	500.000	800.000	500.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	16	(507.925)	(7.148)	(549.747)	(25.305)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(109.453)	(89.145)	(109.453)	(89.145)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	17	(485)	(1.339)	(1.749)	(4.206)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	16	–	(5.642)	(1.191)	(5.873)
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de financiamento	8	(17.899)	(18.836)	(39)	(11.322)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>		<b>164.238</b>	<b>377.890</b>	<b>137.821</b>	<b>364.149</b>
<b><u>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</u></b>		<b>(408.275)</b>	<b>(3.474)</b>	<b>(400.474)</b>	<b>(18.340)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		492.617	10.080	504.874	31.838
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>84.342</b>	<b>6.606</b>	<b>104.400</b>	<b>13.498</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2020 a 30.06.2020	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2020 a 30.06.2020
<b>1. RECEITAS</b>	<b>1.040.277</b>	<b>967.709</b>	<b>1.629.753</b>	<b>1.189.506</b>
Receita bruta de venda de energia	1.002.352	928.268	1.248.359	1.113.851
Outras receitas operacionais	2.590	198	19.552	1.935
Receitas relativas à construção de ativos próprios	33.271	37.408	359.778	71.885
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2.064	1.835	2.064	1.835
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(401.193)</b>	<b>(332.776)</b>	<b>(804.220)</b>	<b>(399.978)</b>
Materiais	(3.680)	(18.682)	(272.330)	(41.215)
Serviços de terceiros	(66.019)	(115.634)	(184.966)	(153.337)
Custo da energia comprada e transmissão	(307.382)	(208.406)	(341.460)	(215.122)
Outros custos operacionais	(24.112)	9.946	(5.464)	9.696
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>639.084</b>	<b>634.933</b>	<b>825.533</b>	<b>789.528</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>(143.405)</b>	<b>(92.038)</b>	<b>(234.389)</b>	<b>(160.686)</b>
Depreciação e amortização	(132.644)	(86.738)	(234.389)	(160.686)
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(10.761)	(5.300)	—	—
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>495.679</b>	<b>542.895</b>	<b>591.144</b>	<b>628.842</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>70.974</b>	<b>82.314</b>	<b>23.520</b>	<b>30.861</b>
Equivalência patrimonial	61.753	56.921	246	—
Receitas financeiras	9.221	25.393	23.274	30.861
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>566.653</b>	<b>625.209</b>	<b>614.664</b>	<b>659.703</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>566.653</b>	<b>625.209</b>	<b>614.664</b>	<b>659.703</b>
<b>Pessoal</b>	<b>65.248</b>	<b>60.910</b>	<b>66.260</b>	<b>61.137</b>
Remuneração e encargos	48.874	47.174	49.683	47.332
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	11.041	7.424	11.079	7.482
Previdência privada	1.879	2.930	1.880	2.932
FGTS	3.454	3.382	3.618	3.391
<b>Tributos (Governos)</b>	<b>164.230</b>	<b>195.845</b>	<b>183.343</b>	<b>222.219</b>
<b>Federais</b>	<b>113.820</b>	<b>137.970</b>	<b>128.077</b>	<b>159.938</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	32.207	72.694	35.198	83.018
COFINS	45.513	45.199	54.251	54.721
PIS	26.355	9.974	28.762	12.067
INSS	7.415	7.936	7.527	7.959
Encargos sociais - Outros	2.330	2.167	2.339	2.173
<b>Estaduais</b>	<b>17.926</b>	<b>15.545</b>	<b>21.229</b>	<b>18.852</b>
ICMS	17.798	15.460	21.093	18.767
Outros	128	85	136	85

**Notas Explicativas**

<b>Municipais</b>	<b>123</b>	<b>179</b>	<b>130</b>	<b>183</b>
IPTU	123	179	123	179
ISS	—	—	7	4
<b>Encargos setoriais</b>	<b>32.361</b>	<b>42.151</b>	<b>33.907</b>	<b>43.246</b>
Pesquisa e desenvolvimento	8.613	7.855	8.613	7.855
Taxa de fiscalização - ANEEL	4.388	4.066	5.934	5.161
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	19.360	30.230	19.360	30.230
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>220.042</b>	<b>174.176</b>	<b>244.555</b>	<b>182.069</b>
Juros	218.964	173.539	242.243	181.309
Aluguéis	1.078	637	2.312	760
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>117.133</b>	<b>194.278</b>	<b>120.506</b>	<b>194.278</b>
Lucros retidos	117.133	105.069	117.133	105.069
Dividendos		89.209	—	89.209
Participação de não controladores	—	—	3.373	

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Energia S.A. (“Tietê”, “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

Em 30 de junho de 2021, o percentual da energia assegurada vendida é conforme abaixo:

Portfólio	2021	2022	2023	2024	2025
Preço hídrico (R\$/MWh)	148	166	170	162	157
Preço eólico e solar (R\$/MWh)	226	218	204	197	198
Nível de contratação do portfólio consolidado	83%	85%	88%	70%	53%

As informações não financeiras como MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

#### 1.1 Aquisição Complexo Eólico Cajuína

Em 25 de agosto de 2020, a Companhia assinou o *Share Purchase Agreement* (SPA) para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico que compõem a primeira fase do Complexo Eólico Cajuína, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada de 420 MWm. Em 24 de maio de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido pela controlada direta Tucano Holding I, conforme mencionado abaixo e apresentado nas notas explicativas nº 13.

A transação foi identificada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 24 de maio de 2021, data da aquisição.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$118.900, parcialmente pago pela Companhia aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor total de R\$29.700. O saldo remanescente, é de R\$89.200, registrado na rubrica de obrigações de aquisições, será pago em três parcelas anuais, com término em 31 de março de 2024, reajustadas anualmente pela SELIC (taxa básica de juros do Brasil).

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$118.860 como investimento adquirido pela controlada direta Tucano Holding I, sendo R\$3.665 relacionado a acervo líquido adquirido e R\$115.195 relacionado a intangível de direitos contratuais, apresentados como intangível nas demonstrações contábeis consolidadas (vide nota explicativa nº 13).

#### 1.2 Aquisição Complexo Salinas e Mandacaru

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia assinou um SPA com a Cubico Brasil S.A. para a aquisição pela Companhia da totalidade das ações representativas do capital social de sete sociedades de propósito específico que compõem os Parques Complexo Salinas e Mandacaru. Em 30 de abril de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido pela Companhia.

O complexo eólico está localizado em dois locais na costa dos Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, regiões mais privilegiadas em recursos eólicos do País, passando a agregar 158,5 MW de capacidade instalada ao portfólio da AES Tietê. Em operação desde 2013, o Projeto está 100% contratado no mercado regulado por um prazo de 20 anos, em contratos de LER 2009 e LEN 2011, a preços de R\$ 269,38/MWh e R\$ 174.74/MWh, respectivamente.

## Notas Explicativas



A transação não atendeu a definição de um negócio e foi registrada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 30 de abril de 2021, data da aquisição.

A contraprestação transferida da aquisição foi de R\$589.102, pagos integralmente na data de fechamento da transação. A contabilização inicial desta aquisição no montante de R\$589.102 como investimento adquirido pela Companhia foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$226.517 relacionado ao acervo líquido adquirido, (ii) R\$181.437 relacionado à mais valia de ativo imobilizado e R\$181.148 relacionado à direitos de contratos de leilão de energia de reserva. Nas demonstrações contábeis consolidadas, a mais valia e o direitos de contratos de leilões, estão sendo apresentados como Imobilizado e intangível, respectivamente (vide notas explicativas nº 12 e nº 13).

	Valor Contábil	Ajuste	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	159.865	-	159.865
Cauções e depósitos vinculados	20.921	-	20.921
Contas a receber de clientes	15.772	-	15.772
Outros tributos a recuperar	2.258	-	2.258
Outros ativos	4.043	-	4.043
Imobilizado, líquido	515.948	181.437	697.385
Intangível, líquido	-	181.148	181.148
<b>Valor justo dos ativos</b>	<b>718.807</b>	<b>362.585</b>	<b>1.081.392</b>
Fornecedores	(83.238)	-	(83.238)
Encargos sociais e trabalhistas	(2.463)	-	(2.463)
Empréstimos e financiamentos	(332.000)	-	(332.000)
Tributos diferidos	(41.349)	-	(41.349)
Provisões para processos judiciais e outros	(204)	-	(204)
Provisões para desmobilização	-33036	-	(33.036)
<b>Valor justo dos passivos</b>	<b>(492.290)</b>	<b>-</b>	<b>(492.290)</b>
<b>Valor justo dos ativos líquidos</b>	<b>226.517</b>	<b>362.585</b>	<b>589.102</b>
Saldo de caixa na aquisição da controlada			159.865
Contraprestação transferida			(589.102)
<b>Caixa líquido por aquisição do Complexo Salinas e Mandacaru</b>			<b>(429.237)</b>

### 1.3 Aquisição da AES Brasil Operações S.A.

Em 12 de maio de 2021, a Companhia adquiriu da Cemig II CV (controlada pela The AES Corporation ("AES Corp")), sob uma proposta de reorganização societária, a AES Brasil Operações S.A.. A reorganização societária será realizada pela incorporação da Companhia pela AES Brasil Operações. A Reorganização é mais um passo de uma reestruturação de longo prazo, que permitirá que a AES Brasil consolide os seus investimentos em renováveis e invista em novos negócios.

A contraprestação transferida da aquisição sob controle comum foi de R\$40.500, paga na data de fechamento da transação. A contabilização desta aquisição foi reconhecida pelo valor contábil da seguinte forma: (i) R\$2.125 como investimento adquirido pela Companhia, relacionado ao acervo líquido adquirido e (ii) R\$38.375 como reserva de capital, no patrimônio líquido.

## Notas Explicativas

### 2. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

---

#### Reorganização societária

Em 29 de março de 2021, foi concluída a reorganização societária da AES Brasil Energia, atual controladora direta da Companhia (vide nota explicativa nº 23), realizada por meio de incorporação das ações da Companhia por seu valor patrimonial, com emissão de novas ações ordinárias da AES Brasil Energia aos acionistas da Companhia, passando a AES Brasil Energia, em consequência, a deter a totalidade das ações de emissão da Companhia. Neste sentido, as ações de emissão da Companhia deixam de ser negociadas e iniciam os negócios com as ações da AES Brasil no Novo Mercado da B3.

#### Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas informações contábeis

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condição financeira e fluxo de caixa de nossos negócios. Em abril de 2021, o Fundo Monetário Internacional projetou crescimento na atividade econômica em 2021, sendo 6% de crescimento mundial e 3,7% no Brasil.

À medida que a pandemia do COVID-19 avança, a Companhia tem acompanhado atentamente sua evolução e vem envidando significativos esforços em seu combate. Com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios, a Companhia criou um Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos.

Nesse sentido, a Companhia continuará a revisar e modificar nossos planos à medida que as condições mudarem. Apesar de esforços para gerenciar e remediar esses impactos para Companhia, seu impacto final também depende de fatores além do conhecimento ou controle da Companhia, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

A Companhia continuará a responder a essa crise global por meio de medidas abrangentes para proteger seus funcionários, cumprindo o papel vital de fornecer energia elétrica a nossos clientes. Embora existam restrições de permanência em casa na maioria dos locais em que operamos, as operações são consideradas essenciais e estão funcionando normalmente. A maioria de nosso pessoal administrativo e de gestão é capaz de trabalhar remotamente e não houve problemas significativos que afetam as operações ou a capacidade de manter controles internos eficazes e produzir informações financeiras confiáveis.

#### Repactuação do risco hidrológico GSF (*Generation Scaling Factor*)

Em 09 de dezembro de 2020, com base na análise da Resolução Normativa ANEEL Nº 895 publicada pela ANEEL em 03 de dezembro de 2020, que estabeleceu as regras e metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e oficializou as condições para o cálculo do valor e do período da extensão de concessão, o Conselho de Administração da controladora direta AES Tietê aprovou a aceitação do acordo do GSF no valor mínimo de R\$636.300, assim como a desistência da ação judicial relativa ao GSF, cujo pedido foi protocolado em 23 de dezembro de 2020.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um intangível em contrapartida a um ganho de recuperação de custos com energia elétrica à rubrica de Custo de produção e operação de energia, linha mercado de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico no montante de R\$946.957 foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia feita com base no entendimento da regulamentação final da ANEEL, e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.

## Notas Explicativas



Em 02 de março de 2021, a CCEE apresentou oficialmente seus cálculos atualizados para a repactuação do risco hidrológico. O cálculo apresentado demonstra um valor total para as usinas da Companhia de R\$982.856, um aumento de R\$35.899, em comparação com a estimativa realizada pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, que foi registrado como complemento do intangível em contrapartida a um ganho de recuperação de custos com energia elétrica à rubrica de Custo de produção e operação de energia, linha mercado de curto prazo. O montante foi convertido pela Aneel em extensão do prazo da outorga e a Companhia passou a ter um direito de extensão de concessão de 2,7 anos, ante 2,6 anos divulgados anteriormente, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

Em 13 de julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.182, que apesar de tratar da desestatização da Eletrobrás, alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, trazendo nova redação para compensação do risco hidrológico para dois grupos de usinas, aquelas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulado e aquelas denominadas estruturantes. Assim, a determinação modifica apenas o cálculo de valores para usinas que disponham de comercialização no mercado regulado e tenham repactuado o risco hidrológico ou usinas estruturantes, não havendo perspectiva de mudança do cálculo para os ativos da controlada direta AES Tietê.

O entendimento supracitado foi corroborado pela Diretoria Colegiada da ANEEL, que aprovou, em 03 de agosto de 2021, a homologação parcial dos valores de extensão da concessão das usinas hidrelétricas pertencentes ao MRE. Sendo que, para os ativos da controlada, houve aprovação da homologação total. Com a aprovação, a companhia aguarda a publicação da resolução homologatória no Diário Oficial da União para então manifestar concordância com os valores junto à ANEEL, no prazo de até 60 dias contados de tal publicação.

### Acordo de Investimento

Em 17 de março de 2021, a Companhia firmou um acordo de investimento com o Itaú Unibanco S.A ("Itaú"), por meio do qual o Itaú subscreve novas ações preferenciais, emitidas pela sua controlada direta Guaimbê Holding, detentora de ativos em operação, de geração de energia eólica e solar.

Em 30 de abril de 2021, após a satisfação de determinadas condições suspensivas nos termos do Acordo de Investimento, comuns em operações dessa natureza, a Companhia e o Itaú efetivaram a transação. Com a subscrição do aumento de capital, no valor de R\$855.000, o Itaú se tornou acionista da Guaimbê Holding. Dessa forma, a Companhia passou a deter 1.335.608.832 ações ordinárias, ou 80,10%, e o Itaú 331.818.000 ações preferenciais, ou 19,90% de participação societária.

O montante aportado pelo Itaú na controlada direta Guaimbê Holding, no valor de 855.000 está sendo apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas como atividade de financiamento, pois trata-se de emissão de ações preferenciais de controlada.

### Venda de ativos de geração distribuída

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil, com a consequente venda de 100% das quotas da controlada direta AES Tietê Inova e as controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II. Em 11 de junho de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o SPA foi executado e a alienação de 100% das quotas foi concluída para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil. Vide nota explicativa nº 10.

### Aquisição de complexos eólicos

Em 30 de abril de 2021 e 24 de maio de 2021, a Companhia concluiu a aquisição dos Complexos Salinas e Mandacaru e do Complexo Eólico Cajuína. Vide nota explicativa nº 1.

## 3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 03 de agosto de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2021, submetendo-as nesta data ao conhecimento do Conselho de Administração.

## Notas Explicativas

### 3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), assim como as informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar as notas explicativas abaixo, pois foram anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, publicadas em 24 de fevereiro de 2021. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as informações contábeis anuais.

## Notas Explicativas



Número	Nota explicativa	Justificativa
1.1	Geração hidroelétrica	(a)
1.3	Geração solar	(a)
1.4	Complexo Eólico Tucano	(a)
1.5	Complexo Eólico Ventus	(a)
1.6	Geração distribuída	(a)
1.8	Complexo Eólico - Cúbico Brasil S.A	(a)
1.9	Obrigação de expansão	(a)
3.2	Políticas contábeis e estimativas	(b)
3.3	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	(a)
3.4	Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração	(a)
21	Patrimônio Líquido	(b)
22.1	Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes	(b)
22	Destinação do resultado	(a)
30.1	Hierarquia do valor justo	(a)
30.2 (a)	Estrutura de gerenciamento de riscos	(a)
30.2 (b.1)	Risco de crédito	(b)
30.2 (b.2)	Risco de gerenciamento de capital	(b)
30.2 (b.5)	Risco de aceleração das dívidas	(b)
30.2 (c.3)	Risco de recontração (volume, preço e diferença de submercado)	(a)
30.2 (c.4)	Risco de alterações na legislação tributária do Brasil	(a)
30.2 (c.5)	Risco de instabilidade cambial e econômica	(a)
30.2 (c.6)	Risco socioambiental	(a)
30.2 (c.7)	Risco de obrigação de expansão	(a)
30.2 (c.8)	Risco da escassez de vento	(a)
34	Investimentos e gastos em meio ambiente	(a)

- (a) Informações idênticas às publicadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.
- (b) Informações e textos reduzidos, pois não houve alteração no conteúdo nas informações contábeis intermediárias.

### 3.2 Base de preparação e apresentação

#### Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e *joint ventures* em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas controladas e *joint ventures* preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.

## Notas Explicativas



## Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a administração Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

## Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, com o objetivo de simplificar e melhorar a apresentação das informações dos resultados relativos ao período findo em 30 de junho de 2020 para os saldos de resultado e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os saldo patrimoniais, procedeu reclassificações nessas informações contábeis originalmente publicadas em 06 de maio de 2020 e 24 de fevereiro de 2021, respectivamente. As reclassificações são resumidas conforme o quadro a seguir:

Referência	Controladora						
	01.04.2020 a 30.06.2020			01.01.2020 a 30.06.2020			
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS</b>							
Receita operacional líquida	(a)	367.785	–	367.785	793.177	–	793.177
Custo dos produtos e serviços vendidos	(a) e (b)	–	(180.703)	(180.703)	–	(356.293)	(356.293)
Gerais e administrativas	(b)	–	(68.244)	(68.244)	–	(98.230)	(98.230)
Outras despesas e receitas operacionais	(b)	–	23.661	23.661	–	23.468	23.468
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(69.132)	69.132	–	(120.868)	120.868	–
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(b)	(35.653)	35.653	–	(70.712)	70.712	–
Taxa de fiscalização	(b)	(2.033)	2.033	–	(4.066)	4.066	–
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(a)	–	–	–	–	–	–
Pessoal e administradores	(b)	(33.818)	33.818	–	(68.083)	68.083	–
Entidade de previdência privada	(b) e (c)	(1.495)	1.495	–	(2.930)	2.930	–
Serviços de terceiros	(b)	(58.398)	58.398	–	(88.934)	88.934	–
Material	(b)	(2.178)	2.178	–	(4.800)	4.800	–
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(b)	21.059	(21.059)	–	21.200	(21.200)	–
Depreciação e amortização	(b)	(40.793)	40.793	–	(82.439)	82.439	–
Outras receitas e despesas operacionais	(b)	(2.845)	2.845	–	(9.423)	9.423	–
Resultado de equivalência patrimonial	(d)	49.866	(2.798)	47.068	56.921	(5.300)	51.621
Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(d)	(2.798)	2.798	–	(5.300)	5.300	–
Receitas financeiras	(e)	12.193	28.797	40.990	24.207	13.458	37.665
Despesas financeiras	(c) e (e)	(75.096)	(8)	(75.104)	(184.123)	(313)	(184.436)
Variações cambiais, líquidas	(e)	28.789	(28.789)	–	13.145	(13.145)	–
Contribuição social		(9.998)	–	(9.998)	(22.083)	–	(22.083)
Imposto de renda		(27.263)	–	(27.263)	(60.147)	–	(60.147)
Contribuição social diferida		224	–	224	2.565	–	2.565
Imposto de renda diferido		543	–	543	6.971	–	6.971
<b>TOTAL</b>		<b>118.959</b>	<b>–</b>	<b>118.959</b>	<b>194.278</b>	<b>–</b>	<b>194.278</b>

## Notas Explicativas



		Consolidado					
		01.04.2020 a 30.06.2020			01.01.2020 a 30.06.2020		
Referência		Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS</b>							
Receita operacional líquida	(a)	475.207	–	475.207	969.603	–	969.603
Custo dos produtos e serviços vendidos	(a) e (b)	–	(236.946)	(236.946)	–	(464.613)	(464.613)
Gerais e administrativas	(b)	–	(70.328)	(70.328)	–	(101.508)	(101.508)
Outras despesas e receitas operacionais	(b)	–	29.407	29.407	–	28.804	28.804
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(68.953)	68.953	–	(117.113)	117.113	–
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(b)	(40.810)	40.810	–	(81.049)	81.049	–
Taxa de fiscalização	(b)	(2.580)	2.580	–	(5.161)	5.161	–
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(a)	–	–	–	–	–	–
Pessoal e administradores	(b)	(33.950)	33.950	–	(68.336)	68.336	–
Entidade de previdência privada	(b) e (c)	(1.496)	1.496	–	(2.932)	2.932	–
Serviços de terceiros	(b)	(69.437)	69.437	–	(110.689)	110.689	–
Material	(b)	(3.890)	3.890	–	(8.571)	8.571	–
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(b)	26.943	(26.943)	–	27.084	(27.084)	–
Depreciação e amortização	(b)	(78.282)	78.282	–	(156.153)	156.153	–
Outras receitas e despesas operacionais	(b)	(5.412)	5.412	–	(14.397)	14.397	–
Resultado de equivalência patrimonial	(d)	–	–	–	–	–	–
Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(d)	–	–	–	–	–	–
Receitas financeiras	(e)	15.044	28.797	43.841	29.565	14.194	43.759
Despesas financeiras	(c) e (e)	(78.570)	(1.730)	(80.300)	(194.470)	(4.279)	(198.749)
Variações cambiais, líquidas	(e)	27.067	(27.067)	–	9.915	(9.915)	–
Contribuição social		(11.894)	–	(11.894)	(25.488)	–	(25.488)
Imposto de renda		(30.880)	–	(30.880)	(66.648)	–	(66.648)
Contribuição social diferida		118	–	118	2.578	–	2.578
Imposto de renda diferido		734	–	734	6.540	–	6.540
<b>TOTAL</b>		<b>118.959</b>	<b>–</b>	<b>118.959</b>	<b>194.278</b>	<b>–</b>	<b>194.278</b>

		Controladora			Consolidado		
Referência		Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>							
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(f)	–	27.904	27.904	–	30.274	30.274
Outros tributos a recuperar	(f)	28.329	(27.904)	425	34.827	(30.274)	4.553
				–			–
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Cauções e depósitos vinculados	(g)	51.048	(14.966)	36.082	152.150	(14.966)	137.184
				–			–
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>							
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(f)	–	–	–	–	4.775	4.775
Outros tributos a pagar	(f)	14.629	–	14.629	22.859	(4.775)	18.084
				–			–
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Obrigações de aquisições	(g)	63.048	(14.966)	48.082	63.048	(14.966)	48.082
<b>TOTAL</b>		<b>157.054</b>	<b>(29.932)</b>	<b>127.122</b>	<b>272.884</b>	<b>(29.932)</b>	<b>242.952</b>

## Notas Explicativas

A natureza das reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:

(a) A Companhia reclassificou a Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH), originalmente apresentada em rubrica específica na demonstração de resultado como um custo com energia elétrica para a rubrica “Receita Líquida”.

(b) As reclassificações a seguir foram efetuadas com o objetivo segregar os custos relacionados à atividade-fim do negócio e as despesas, que não possuem atividade-fim do negócio: no saldo das rubricas de "Pessoal e administradores", "Entidade de previdência privada", "Serviços de terceiros", "Material", "Provisão para processos judiciais e outros, líquida", "Depreciação e amortização", "Outras receitas e despesas operacionais", "Taxa de fiscalização", "Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão" e "Energia elétrica comprada para revenda".

(c) A Companhia reclassificou os juros sobre a obrigação atuarial e os rendimentos sobre os ativos do plano de previdência, originalmente apresentados na rubrica de Entidade de previdência privada, para a rubrica “Despesas financeiras”.

(d) A Companhia reclassificou a Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições, originalmente apresentada em rubrica específica na demonstração de resultado para a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”.

(e) A Companhia reclassificou as variações cambiais, líquidas negativas para a rubrica de "Despesas financeiras" e as variações cambiais, líquidas positivas para rubrica de "Receitas financeiras".

(f) A Companhia optou por segregar os saldos de impostos sobre o lucro dos demais impostos, tanto no ativo quanto no passivo.

(g) A Companhia reavaliou os compromissos contratuais, no montante de R\$14.966, que referem-se ao depósito de garantias para litígios, earn-out e indenização geral dos vendedores oriundas da aquisição do Complexo Alto Sertão II, conforme condição precedente do Memorando de Fechamento assinado entre as partes. Os valores depositados nas contas garantia são comunicáveis entre si e garantem o pagamento de quaisquer obrigações de indenizações dos vendedores. Dessa forma, a Companhia entende que os saldos possuem a mesma natureza, logo, reclassificou R\$14.966 da rubrica “Cauções e depósitos vinculados” do ativo não circulante para a rubrica “Obrigações de aquisições” no passivo não circulante apresentando-os de forma líquida no seu balanço patrimonial.

### 3.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### (b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

### 3.4 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são

## Notas Explicativas



consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

As seguintes entidades são consideradas como controladas ou *joint ventures*:

Descrição	Atividade	Complexo	Sede	Participação	
				30.06.2021	31.12.2020
<b>Controladas diretas:</b>					
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Tietê Integra")	Prestação de serviços	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 1")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 2")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("AGV IV")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. ("AGV V")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. ("AGV VI")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
Guaimbê Solar Holding S.A. ("Guaimbê Holding")	Holding	Complexo Guaimbê	São Paulo, SP	80,1%	100%
Tucano F5 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F5")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%	100%
AES Tucano Holding I S.A. ("Tucano Holding I")	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	100%	100%
AES Tucano Holding II S.A. ("Tucano Holding II")	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	100%	100%
AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") (i)	Holding	Holding	São Paulo, SP	0%	100%
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. ("Ventus Holding")	Holding	Complexo Ventus	Curitiba, PN	100%	100%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. ("Brasventos")	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhas, RR	51%	51%
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. ("Miassaba")	Geração eólica	Complexo Ventus	Macau, RN	51%	51%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. ("Rei dos Ventos")	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhas, RN	51%	51%
MS Participações Societárias S.A. ("MS")	Holding	Complexo Cúbico	São Paulo, SP	100%	0%
Santos Energia Participações S.A. ("Santos")	Holding	Complexo Cúbico	São Paulo, SP	100%	—
AES Brasil Operações S.A. ("AES Operações")	Holding	Holding	Bauru, SP	100%	—
<b>Controladas indiretas:</b>					
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia")	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	100%	100%
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraiima S.A. ("Seraiima")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Guaimbê I Parque Solar Ltda. ("Guaimbê I")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê II Parque Solar Ltda. ("Guaimbê II")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê III Parque Solar Ltda. ("Guaimbê III")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê IV Parque Solar Ltda. ("Guaimbê IV")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê V Parque Solar Ltda. ("Guaimbê V")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Tucano F1 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F1")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%	100%
Tucano F2 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F2")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%	100%
Tucano F3 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F3")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%	100%
Tucano F4 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F4")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%	100%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. ("Brasventos")	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhas, RN	49%	49%
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. ("Miassaba")	Geração eólica	Complexo Ventus	Macau, RN	49%	49%

## Notas Explicativas



Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. ("Rei dos Ventos")	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhos, RN	49%	49%
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Bela Vista")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Areia Branca, RN	100%	0%
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Embuaca")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	0%
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Icarai")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Amontada, CE	100%	0%
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Mar e Terra")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Areia Branca, RN	100%	—
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A. ("Santo Antônio de Pádua")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	—
Central Eólica São Cristóvão S.A. ("São Cristóvão")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	—
Central Eólica São Jorge S.A. ("São Jorge")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 02")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 02")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 03")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 04")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 05")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 06")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 07")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 08")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 09 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 09")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 10")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 11 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 11")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 12")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 13")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 14")	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%	—
<b>Empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) (ii):</b>					
Tucano Holdings III S.A. ("Tucano Holding III")	Holdíng	Complexo Tucano	São Paulo, SP	50%	50%
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F6")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%	50%
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F7")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%	50%
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F8")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%	50%

(i) Com a reorganização societária descrita na nota explicativa nº 2, a AES Brasil deixou de ser controlada direta e passou a ser controladora da Companhia.

(ii) Os empreendimentos controlados em conjunto não são consolidados.

## Notas Explicativas



#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
<b>Caixa e Equivalentes de caixa</b>				
Numerário disponível	4.756	417	17.924	9.436
Operação compromissada	79.586	492.200	86.476	495.438
<b>Subtotal</b>	<b>84.342</b>	<b>492.617</b>	<b>104.400</b>	<b>504.874</b>
<b>Investimentos de curto prazo</b>				
CDB-DI	354.416	716.829	946.688	1.204.674
Operação compromissada	–	111.610	–	111.610
<b>Fundo de investimentos</b>				
Letra financeira	–	16.441	–	16.441
LTN e NTN over	–	169.568	–	169.568
Debêntures	–	14.983	–	14.983
Letra financeira com fluxo	–	3.755	–	3.755
<b>Subtotal</b>	<b>354.416</b>	<b>1.033.186</b>	<b>946.688</b>	<b>1.521.031</b>
<b>Total</b>	<b>438.758</b>	<b>1.525.803</b>	<b>1.051.088</b>	<b>2.025.905</b>

Os investimentos de curto prazo em 30 de junho de 2021 estão representados por operações com CDB com rentabilidade média consolidada de 96,88% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,93% 31 de dezembro de 2020).

#### 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Notas	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>				
Consumidores livres	147.886	173.061	161.371	185.419
Mercado de curto prazo (i)	–	6.745	22.758	62.697
Contratos de energia eólicos	–	–	47.271	27.301
Contratos de energia solares	–	–	10.730	10.730
Partes relacionadas	29	2.891	1.946	–
Serviços prestados	2	7	42	424
<b>Total</b>	<b>150.779</b>	<b>181.759</b>	<b>242.172</b>	<b>286.571</b>

- (i) Inadimplência causada pelas ações judiciais relacionadas ao GSF impactava todo o mercado de curto prazo. A decisão estabelecida pela Lei nº 14.052/2020 e regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, destravou operações não liquidadas no Mercado de Curto Prazo e com isso parte dos créditos em aberto na Companhia e suas controladoras foram liquidados.

## Notas Explicativas



A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Controladora					Total
	Saldos vincendos	Saldos vencidos				
		até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>CIRCULANTE</b>						
Consumidores livres	147.651	235	–	–	–	147.886
Partes relacionadas	2.421	470	–	–	–	2.891
Serviços Prestados	–	–	2	–	–	2
<b>Total</b>	<b>150.072</b>	<b>705</b>	<b>2</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>150.779</b>

	Consolidado					Total
	Saldos vincendos	Saldos vencidos				
		até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>CIRCULANTE</b>						
Consumidores livres	161.135	236	–	–	–	161.371
Mercado de curto prazo	202	15	706	424	21.411	22.758
Contratos de energia eólicos	45.382	1.698	173	9	9	47.271
Contratos de energia solares	10.730	–	–	–	–	10.730
Serviços prestados	20	4	16	2	–	42
<b>Total</b>	<b>217.469</b>	<b>1.953</b>	<b>895</b>	<b>435</b>	<b>21.420</b>	<b>242.172</b>

## 6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
<b>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</b>				
Imposto de renda	32.959	15.377	34.878	16.072
Contribuição social	20.187	10.284	21.439	10.754
Imposto de renda retido na fonte	3.560	2.243	6.230	3.448
<b>Total</b>	<b>56.706</b>	<b>27.904</b>	<b>62.547</b>	<b>30.274</b>
<b>Outros tributos a recuperar</b>				
PIS e Cofins	308	412	1.372	4.370
Outros	8	13	297	183
<b>Total</b>	<b>316</b>	<b>425</b>	<b>1.669</b>	<b>4.553</b>

## Notas Explicativas

### 7. TRIBUTOS DIFERIDOS

#### 7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora				Consolidado			
	Balanco Patrimonial		Resultado		Balanco Patrimonial		Resultado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	30.06.2020
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:								
<b>Tributos ativos:</b>								
Provisão para participação nos lucros e resultados	3.010	4.481	(1.471)	(1.196)	3.020	4.494	(1.474)	(1.207)
Provisão para processos fiscais	6.910	6.838	72	495	6.910	6.838	72	496
Provisão para processos trabalhistas	1.010	773	237	(133)	1.010	774	236	(133)
Provisão de benefício a empregados	1.135	(651)	1.786	1.640	1.135	(651)	1.786	1.640
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.027	2.027	–	–	2.027	2.027	–	–
Provisão para processos cíveis	20.091	17.490	2.601	705	20.091	17.490	2.601	705
Créditos fiscais de ágios incorporados	85.734	92.618	(6.884)	(7.432)	85.734	92.618	(6.884)	(7.432)
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	8.141	9.904	(1.763)	(2.021)	8.354	11.197	(2.843)	(1.774)
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	11.086	–	–	–	21.824	–	–	–
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	45.331	45.331	–	–	45.331	45.331	–	–
Ressarcimento de energia	–	–	–	–	4.852	3.384	1.468	1.622
Prejuízo fiscal e base negativa	–	–	–	–	12.379	943	11.436	(182)
Variação cambial não realizada	101	2.841	(2.740)	(590)	101	2.864	(2.763)	(590)
Outros	3.693	3.816	(124)	509	3.694	3.814	(120)	6
<b>Tributos passivos:</b>								
Ativo imobilizado - custo atribuído	(310.153)	(324.489)	14.336	14.337	(310.153)	(324.489)	14.336	14.337
Ativo intangível - uso do bem público	(7.877)	(8.232)	355	454	(7.877)	(8.232)	355	454
Atualização de cauções e depósitos vinculados	(713)	(576)	(137)	2.188	(713)	(530)	(183)	2.188
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(22.044)	(22.381)	337	183	(69.353)	(22.381)	337	183
Variação Cambial Ativa Não Realizada	(300)	(2.734)	2.434	–	(1.541)	(4.415)	2.874	–
Ativo intangível - GSF (i)	(319.800)	(321.965)	2.165	–	(319.800)	(321.965)	2.165	–
Outros	–	–	–	397	(2.392)	(3.139)	(3.884)	(1.195)
<b>Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(472.618)</b>	<b>(494.909)</b>	<b>11.204</b>	<b>9.536</b>	<b>(495.367)</b>	<b>(494.028)</b>	<b>19.515</b>	<b>9.118</b>
<b>Total Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(472.618)</b>	<b>(494.909)</b>	<b>11.204</b>	<b>9.536</b>	<b>(495.367)</b>	<b>(494.028)</b>	<b>19.515</b>	<b>9.118</b>
<b>Apresentação no balanço patrimonial</b>								
Ativo líquido	–	–			16.228	4.584		
Passivo líquido	(472.618)	(494.909)			(511.595)	(498.612)		
<b>Total</b>	<b>(472.618)</b>	<b>(494.909)</b>			<b>(495.367)</b>	<b>(494.028)</b>		

## Notas Explicativas

Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

Companhias	30.06.2021			31.12.2020
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Controladora	188.269	(660.887)	(472.618)	(494.909)
AES Tietê Integra	1.953	—	1.953	956
AES Tietê Inova	—	—	—	1.587
Tucano H. I	10.738	—	10.738	—
Ametista	642	(96)	546	424
Araças	538	(62)	476	353
Borgo	64	(159)	(95)	(314)
Caetite	135	(221)	(86)	(413)
Da Prata	102	(47)	55	20
Dourados	628	(67)	561	434
Espigão	96	(59)	37	(54)
Maron	373	(70)	303	179
Morrão	285	(69)	216	112
Pelourinho	123	(75)	48	(38)
Pilões	479	(55)	424	305
Seraíma	375	(71)	304	214
Serra do Espinhaço	87	(107)	(20)	(127)
Tanque	135	(61)	74	(17)
Ventos do Nordeste	—	(177)	(177)	(159)
AGV IV	18	(28)	(10)	(38)
AGV V	57	(45)	12	(49)
AGV VI	56	(38)	18	(29)
Boa Hora 1	—	(114)	(114)	(130)
Boa Hora 2	—	(126)	(126)	(154)
Boa Hora 3	—	(127)	(127)	(156)
Guaimbê I	48	(40)	8	(25)
Guaimbê II	—	(56)	(56)	(44)
Guaimbê III	—	(136)	(136)	(246)
Guaimbê IV	—	(55)	(55)	(55)
Guaimbê V	—	(76)	(76)	(68)
Guaimbê Holding	—	(1.241)	(1.241)	(1.587)
Brasventos Eolo	149	(69)	80	—
Rei dos Ventos 3	253	—	253	—
Brasventos Miassaba 3	209	(87)	122	—
Bela Vista	667	(8.164)	(7.497)	—
Embuaca	2.563	(8.544)	(5.981)	—
Icaraí	1.417	(4.722)	(3.305)	—
Mar e Terra	533	(7.645)	(7.112)	—
Santo Antônio de Pádua	1.193	(3.976)	(2.783)	—
São Cristóvão	2.226	(7.419)	(5.193)	—
São José	2.051	(6.838)	(4.787)	—
<b>Consolidado</b>	<b>216.462</b>	<b>(711.829)</b>	<b>(495.367)</b>	<b>(494.028)</b>

### Apresentação no balanço patrimonial consolidado

Ativo líquido	16.228	4.584
Passivo líquido	(511.595)	(498.612)
<b>Total</b>	<b>(495.367)</b>	<b>(494.028)</b>

## Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Notas	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(494.909)	(494.028)
Impacto no resultado		11.204	19.515
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)		11.087	21.824
Efeito da aquisição do Complexo Eólicos Mandacaru e Salinas	1.3	–	(42.678)
Saldo em 30 de junho de 2021		(472.618)	(495.367)

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

Notas	Controladora				Controladora			
	01.04.2021 a 30.06.2021		01.01.2021 a 30.06.2021		01.04.2020 a 30.06.2020		01.01.2020 a 30.06.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>								
<b>Na rubrica de tributos:</b>								
Corrente	(6.713)	(2.596)	(31.633)	(11.778)	(33.764)	(13.403)	(66.648)	(25.488)
Diferidos	10.621	3.850	8.198	3.006	112	237	6.540	2.578
<b>Total</b>	<b>3.908</b>	<b>1.254</b>	<b>(23.435)</b>	<b>(8.772)</b>	<b>(33.652)</b>	<b>(13.166)</b>	<b>(60.108)</b>	<b>(22.910)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>18.993</b>	<b>18.993</b>	<b>149.340</b>	<b>149.340</b>	<b>155.453</b>	<b>155.453</b>	<b>277.296</b>	<b>277.296</b>
<b>Adições (exclusões) permanentes:</b>								
Doações	(269)	(269)	79	79	(39)	(39)	(39)	(39)
Resultado de equivalência patrimonial	11 (32.667)	(32.667)	(50.993)	(50.993)	7.055	7.055	–	–
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.079)	(1.079)	(1.079)	(1.079)	–	–	–	–
Ajuste lucro presumido	1.091	1.091	–	–	(47.988)	(39.715)	(47.988)	(39.715)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	–	–	–	–	5.688	5.688	5.688	5.688
Amortização da mais valia em combinação de negócios	–	–	–	–	3.037	3.037	3.037	3.037
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	–	–	–	–	3.517	3.517	5.035	5.035
Juros capitalizados de controladas	–	–	–	–	(1.370)	(1.370)	(386)	(386)
Incentivo do PAT - Êxito Judicial	(1.607)	–	(3.233)	–	(1.861)	–	(3.703)	–
Outras	(15)	(14)	112	124	2.222	2.365	3.310	3.665
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(34.546)</b>	<b>(32.938)</b>	<b>(55.114)</b>	<b>(51.869)</b>	<b>(29.739)</b>	<b>(19.462)</b>	<b>(35.046)</b>	<b>(22.715)</b>
<b>Resultado ajustado</b>	<b>(15.553)</b>	<b>(13.945)</b>	<b>94.226</b>	<b>97.471</b>	<b>125.714</b>	<b>135.991</b>	<b>242.250</b>	<b>254.581</b>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
<b>Tributos</b>	<b>3.888</b>	<b>1.255</b>	<b>(23.557)</b>	<b>(8.772)</b>	<b>(31.429)</b>	<b>(12.239)</b>	<b>(60.563)</b>	<b>(22.912)</b>
Incentivos fiscais	15	–	110	–	22	–	112	–
Ajustes P&D	–	–	–	–	8	5	8	5
Outros	5	(1)	12	–	328	(3)	335	(3)
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>3.908</b>	<b>1.254</b>	<b>(23.435)</b>	<b>(8.772)</b>	<b>(31.071)</b>	<b>(12.237)</b>	<b>(60.108)</b>	<b>(22.910)</b>
<b>Alíquota efetiva (i)</b>	<b>28,6%</b>	<b>9,2%</b>	<b>23,8%</b>	<b>8,9%</b>	<b>19,1%</b>	<b>7,5%</b>	<b>21,7%</b>	<b>8,3%</b>

## Notas Explicativas

Notas	Consolidado				Consolidado			
	01.04.2021 a 30.06.2021		01.01.2021 a 30.06.2021		01.04.2020 a 30.06.2020		01.01.2020 a 30.06.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>								
<b>Na rubrica de tributos:</b>								
Corrente	(10.425)	(4.601)	(38.995)	(15.718)	(30.880)	(11.894)	(66.648)	(25.488)
Diferidos	15.630	6.097	13.883	5.632	734	118	6.540	2.578
<b>Total</b>	<b>5.205</b>	<b>1.496</b>	<b>(25.112)</b>	<b>(10.086)</b>	<b>(30.146)</b>	<b>(11.776)</b>	<b>(60.108)</b>	<b>(22.910)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>20.827</b>	<b>20.827</b>	<b>155.704</b>	<b>155.704</b>	<b>160.881</b>	<b>160.881</b>	<b>277.296</b>	<b>277.296</b>
<b>Adições (exclusões) permanentes:</b>								
Doações	(269)	(269)	79	79	(39)	(39)	(39)	(39)
Resultado de equivalência patrimonial	(322)	(322)	(246)	(246)	—	—	—	—
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	12	12	(1.079)	(1.079)	—	—	—	—
Ajuste lucro presumido	(31.928)	(27.440)	(49.882)	(40.002)	(44.087)	(38.814)	(47.988)	(39.715)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	10.242	10.242	14.368	14.368	1.364	1.365	5.688	5.688
Amortização da mais valia em combinação de negócios	9.243	9.243	10.761	10.761	1.519	1.519	3.037	3.037
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	(14.461)	(14.461)	(10.800)	(10.800)	2.813	2.813	5.035	5.035
Juros capitalizados de controladas	(6.668)	(6.668)	(8.173)	(8.173)	(183)	(183)	(386)	(386)
Incentivo do PAT - Êxito Judicial	(1.607)	(3.233)	(3.233)	(3.233)	(1.861)	—	(3.703)	—
Outras	(4.338)	(4.411)	(5.092)	(5.153)	1.781	1.920	3.310	3.665
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(40.096)</b>	<b>(37.307)</b>	<b>(53.297)</b>	<b>(43.478)</b>	<b>(38.693)</b>	<b>(31.419)</b>	<b>(35.046)</b>	<b>(22.715)</b>
<b>Resultado ajustado</b>	<b>(19.269)</b>	<b>(16.480)</b>	<b>102.407</b>	<b>112.226</b>	<b>122.188</b>	<b>129.462</b>	<b>242.250</b>	<b>254.581</b>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
<b>Tributos</b>	<b>4.817</b>	<b>1.483</b>	<b>(25.602)</b>	<b>(10.100)</b>	<b>(30.547)</b>	<b>(11.652)</b>	<b>(60.563)</b>	<b>(22.912)</b>
Incentivos fiscais	15	—	110	—	21	—	112	—
Ajustes P&D	—	—	—	—	8	6	8	5
Outros	373	13	380	14	372	(130)	335	(3)
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>5.205</b>	<b>1.496</b>	<b>(25.112)</b>	<b>(10.086)</b>	<b>(30.146)</b>	<b>(11.776)</b>	<b>(60.108)</b>	<b>(22.910)</b>
<b>Alíquota efetiva (i)</b>	<b>-25,4%</b>	<b>-7,3%</b>	<b>16,2%</b>	<b>6,5%</b>	<b>18,7%</b>	<b>7,3%</b>	<b>21,7%</b>	<b>8,3%</b>

(i) Para fins de cálculo da alíquota efetiva, considerou-se o resultado antes dos tributos excluindo o efeito da equivalência patrimonial.

## Notas Explicativas

### 7.3 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Prejuízos fiscais	2.378.900	537.887
Base negativa de contribuição social	2.382.920	537.887
Diferenças temporárias	12.624	26.713

Em 30 de junho de 2021, inclui prejuízo fiscal, no montante de R\$1.828.504, e base negativa de contribuição social, no montante de R\$1.832.524, da controlada adquirida AES Brasil Operações.

Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos tendo em vista que esses prejuízos e bases negativas de contribuição social são substancialmente detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis e resultados não tributáveis de equivalência patrimonial decorrente de investimentos em controladas.

### 7.4 Créditos fiscais de ágios incorporados

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do período. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos estavam assim representados:

	Consolidado			
	30.06.2021		31.12.2020	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>AES Brazilian Energy Holdings Ltda</b>				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(167.202)	110.354	(56.848)	(52.690)
<b>Subtotal</b>	<b>152.362</b>	<b>(100.558)</b>	<b>51.804</b>	<b>55.962</b>
<b>AES Gás Ltda.</b>				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(716.791)	480.014	(236.777)	(234.371)
<b>Subtotal</b>	<b>91.513</b>	<b>(61.550)</b>	<b>29.963</b>	<b>32.369</b>
<b>AES Tietê Participações S.A.</b>				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(70.751)	46.695	(24.056)	(23.736)
<b>Subtotal</b>	<b>11.669</b>	<b>(7.702)</b>	<b>3.967</b>	<b>4.287</b>
<b>Total</b>	<b>255.544</b>	<b>(169.810)</b>	<b>85.734</b>	<b>92.618</b>

## Notas Explicativas

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>92.618</u>
Amortização	(20.521)
Reversão	<u>13.637</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>85.734</u>

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

## 8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>				
Garantias de compromissos contratuais	788	772	788	772
Garantias de financiamento (i)	—	16.136	6.086	21.843
Subtotal	<u>788</u>	<u>16.908</u>	<u>6.874</u>	<u>22.615</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Garantias de financiamento (i)	16.270	18.558	202.493	119.619
Cauções e depósitos vinculados	19 17.689	17.524	21.200	17.565
Subtotal	<u>33.959</u>	<u>36.082</u>	<u>223.693</u>	<u>137.184</u>
Total	<u>34.747</u>	<u>52.990</u>	<u>230.567</u>	<u>159.799</u>

(i) Refere-se à Conta Reserva do Serviço da Dívida, que destina-se aos pagamentos de principal e juros das obrigações de contratos de dívida da Companhia, do Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Eólico Ventus e Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, nos montantes de R\$16.270, 26.289, 35.554 e 130.466, respectivamente. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, devem ser aplicados, seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários, com rentabilidade média consolidada de 98,13% do CDI.

A movimentação dos cauções e depósitos vinculados no semestre findo em 30 de junho de 2021 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>52.990</u>	<u>159.799</u>
Adições (i)	32.867	77.815
Efeito da aquisição do Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	—	130.944
Atualização monetária	673	1.510
Baixas e resgates (ii)	<u>(51.783)</u>	<u>(139.501)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>34.747</u>	<u>230.567</u>

(i) Na controladora, as adições no montante de R\$32.867 referem-se principalmente às garantias de financiamento da 8ª emissão de debêntures. Já no consolidado, R\$22.595 refere-se às garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II, R\$14.448 do Complexo Eólico Ventus e R\$7.906 do Complexo Salinas e Mandacaru.

(ii) Na controladora, os resgates, no montante de R\$51.593, referem-se, principalmente, aos resgates de garantias de financiamento da 8ª emissão de debêntures. Já no consolidado, referem-se também, principalmente, a resgates de garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo

## Notas Explicativas

Eólico Alto Sertão II, no montante de R\$53.774, Complexo Eólico Ventus, no montante de R\$28.905 e Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, no montante de R\$5.168.

### 9. OUTROS ATIVOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>				
Almoxarifado	7.975	5.145	23.623	18.272
Despesas pagas antecipadamente	11.352	7.094	14.926	7.271
Indenização de seguro a receber	–	–	7.092	7.092
Ressarcimento - conta de energia (i)	–	–	5.822	3.579
Contas a receber sobre venda de controlada	10	34.039	–	34.039
Contas a receber sobre venda de participação acionária (ii)	–	–	1.637	9.628
Dividendos a receber	29	45	–	–
Adiantamentos sobre aquisição de projeto	–	1.485	–	–
Outros ativos a receber de partes relacionadas	29	149	1.007	–
Outros	–	3.165	759	–
<b>Subtotal</b>		<b>58.210</b>	<b>14.005</b>	<b>97.964</b>
				<b>55.413</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Ressarcimento - conta de energia (i)	–	–	10.912	21.889
Indenização de seguro a receber	–	–	8.453	–
Despesas pagas antecipadamente	5.363	2.952	5.363	2.952
Imposto de renda	–	–	2.994	3.833
Contas a receber de partes relacionadas	29	15.608	13.829	1.855
INSS	–	–	1.762	1.762
Outros	–	1.491	103	8.935
<b>Subtotal</b>		<b>22.462</b>	<b>16.884</b>	<b>40.274</b>
				<b>34.245</b>
<b>Total</b>		<b>80.672</b>	<b>30.889</b>	<b>138.238</b>
				<b>89.658</b>

(i) Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios positivos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos. Já os ressarcimentos por desvios negativos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações.

(ii) Refere-se à venda de 50% de participação acionária indireta da Tucano Holding III S.A. para a Unipar.

### 10. VENDA DE ATIVOS DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil através da venda de 100% das quotas de sua controlada direta AES Tietê Inova e suas controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II.

Considerando que o ativo estava disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos habituais e costumeiros para venda e, a venda ser altamente provável em até um ano, os ativos e passivos das controladas diretas AES Tietê Inova, AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II estavam apresentados como ativos não circulantes mantidos para venda.

## Notas Explicativas

Em 11 de junho de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o SPA foi executado e a alienação de 100% das quotas foi concluída para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil, sendo o risco e os benefícios da propriedade transferida para a Compradora, nesta data. Dessa forma, em 11 de junho de 2021, a Companhia efetuou a desconsolidação dos ativos e passivos dessas controladas, sendo a demonstração de resultados da controladora impactada pelo método de equivalência patrimonial até a mesma data.

O valor da contraprestação recebida foi no montante de R\$100.695, sendo R\$66.656 pagos pelos compradores na data de fechamento da transação, e R\$34.039 foram retidos, sujeitos ao cumprimento de condições pós fechamento, pois referem-se a obrigações contratuais, ambientais, patrimoniais e técnicas, registrados sob a rubrica de outros ativos, (vide nota explicativa nº 9). O ganho na venda de controlada, líquido dos custos de venda, no montante de R\$2.798, foi no montante de R\$9.644. A Companhia espera receber esses valores em até 9 meses da data do *closing*. Em função da venda não ser considerada relevante para a Companhia, o ganho e perda foi apresentado na rubrica de outras receitas operacionais e não como uma operação descontinuada. Abaixo, segue um resumo da transação de venda.

(+) Contraprestação recebida	100.695
(-) Valor contábil dos ativos vendidos em 11 de junho de 2021	(88.253)
(-) Custos de venda	(2.798)
<b>Ganho na venda de controlada</b>	<b>9.644</b>

## 11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (i)	3.026.422	3.483.728	74.641	52.355
Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos (ii)	59.923	60.913	–	–
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (iii)	240.205	64.530	–	–
Ajustes a valor justo do investimento adquirido (iv)	406.697	229.558	–	–
<b>Total</b>	<b>3.733.247</b>	<b>3.838.729</b>	<b>74.641</b>	<b>52.355</b>

- (i) Na controladora, em 31 de dezembro de 2020, incluía adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) para a controlada direta Nova Energia, no montante de R\$854.409 efetuado em 24 de abril de 2019. Em abril de 2021, a Companhia e sua controlada rescindiram o referido termo, sem prejuízo para a manutenção das atividades e cumprimento das obrigações da referida controlada indireta.
- (ii) Refere-se aos complexos Boa Hora, Alto Sertão II e Tucano F5, nos montantes de R\$13.331, R\$16.555 e R\$30.037, respectivamente, totalizando R\$59.923, amortizados no prazo remanescente de autorização. Vide nota explicativa nº 13.
- (iii) Refere-se ao Complexo Solar Boa Hora e Complexos Eólicos Ventus e Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, nos montantes de R\$49.328, 10.918 e R\$179.959, respectivamente, totalizando R\$240.205, amortizado com base no prazo dos contratos de leilão de energia. Vide nota explicativa nº 13.
- (iv) Ajuste a valor justo nas aquisições:
- Complexo Alto Sertão II: (a) mais-vaia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Alto Sertão II, no montante de R\$106.940 amortizada a uma taxa de 4,75% a.a e (b) ajuste a

## Notas Explicativas

valor justo do saldo de empréstimos e financiamentos relacionado aos custos de emissão capitalizados pela adquirida, no montante atualizado de (R\$630).

- Complexo Eólico Ventus: mais-valia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Complexo Eólico Ventus, no montante de R\$121.729 amortizada a uma taxa de 4% a.a.
- Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas: mais-valia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Complexo Eólico Ventus, no montante de R\$181.437 amortizada a uma taxa de 4,05% a.a.

No consolidado, a mais-valia das máquinas e equipamentos é reclassificada para a rubrica de "Imobilizado, líquido" e os custos de emissão para a rubrica de "Empréstimos, financiamentos e debêntures".

A movimentação dos investimentos no semestre findo em 30 de junho de 2021 é como segue:

	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Ajustes a valor justo do investimento adquirido	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.483.728</b>	<b>60.913</b>	<b>64.530</b>	<b>229.558</b>	<b>3.838.729</b>
Equivalência patrimonial	61.788	—	—	—	61.788
Aumento de capital	297.392	—	—	—	297.392
Dividendos de controladas	(76.487)	—	—	—	(76.487)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(854.409)	—	—	—	(854.409)
Aquisição de controladas	—	—	181.148	181.437	362.585
Acervo líquido adquirido	228.601	—	—	—	228.601
Venda de controlada	(88.216)	—	—	—	(88.216)
Amortização de direitos contratuais (i)	—	—	(2.861)	—	(2.861)
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização (i)	—	(669)	(2.612)	—	(3.281)
Amortização do intangível e da mais valia gerado em aquisições(i)	—	(321)	—	(4.298)	(4.619)
Outros resultados abrangentes	(25.975)	—	—	—	(25.975)
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>3.026.422</b>	<b>59.923</b>	<b>240.205</b>	<b>406.697</b>	<b>3.733.247</b>

(i) Valores apresentados na rubrica de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultados.

## Notas Explicativas

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Equivalência patrimonial	Acervo líquido adquirido	Ativos e passivos avaliados ao seu valor justo em aquisição de ativos	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Dividendos de controladas	Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização e da mais valia na combinação de negócios (i)	AFAC	Venda de controlada	Saldo em 30 de junho de 2021
Boa Hora 1	121.402	6.320	—	—	—	—	(9.452)	(548)	—	—	117.722
Boa Hora 2	119.510	5.943	—	—	—	—	(11.059)	(549)	—	—	113.845
Boa Hora 3	154.147	4.838	—	—	—	—	(9.206)	(549)	—	—	149.230
Tietê Integra	13.810	(1.940)	—	—	—	—	—	—	—	—	11.870
Tietê Inova	78.331	(733)	—	—	10.601	17	—	—	—	(88.216)	—
Guaimbê Holding	1.371.008	40.662	—	—	—	—	(34.427)	(3.358)	(854.409)	—	519.476
AGV Solar IV	80.870	(299)	—	—	—	34	(1.734)	—	—	—	78.871
AGV Solar V	108.819	522	—	—	—	46	(6.041)	—	—	—	103.346
AGV Solar VI	107.861	966	—	—	—	77	(4.523)	—	—	—	104.381
Tucano Holding I	80.782	4.418	—	—	229.389	(26.197)	—	—	—	—	288.392
Tucano Holding II	101.992	(557)	—	—	37.782	—	—	—	—	—	139.217
Tucano F5	40.341	(18)	—	—	19.620	—	—	(446)	—	—	59.497
Ventus Holding	1.285.304	(2.150)	—	—	—	—	(40)	—	—	—	1.283.114
Brasventos Eolo	52.895	(912)	—	—	—	—	—	(915)	—	—	51.068
Brasventos Miassaba 3	49.199	(1.209)	—	—	—	—	(5)	(882)	—	—	47.103
Rei dos Ventos 3	72.458	(118)	—	—	—	—	—	(1.065)	—	—	71.275
AES Brasil Operações	—	(4)	2.125	—	—	—	—	—	—	—	2.121
MS Participações Societárias	—	2.253	149.958	308.859	—	—	—	(2.087)	—	—	458.983
Santos Energia Participações	—	3.806	76.559	53.726	—	—	—	(355)	—	—	133.736
	<b>3.838.729</b>	<b>61.788</b>	<b>228.642</b>	<b>362.585</b>	<b>297.392</b>	<b>(26.023)</b>	<b>(76.487)</b>	<b>(10.754)</b>	<b>(854.409)</b>	<b>(88.216)</b>	<b>3.733.247</b>

(i) Valores apresentados na rubrica de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultados.

(ii) Em 24 de abril de 2019, a Companhia firmou um termo de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) com sua controlada indireta Nova Energia, no valor de R\$854.409 (controlada direta à época do termo). No entanto, como houve um acordo de investimento, detalhado na nota explicativa nº 2, quando o Itaú aportou R\$855.000 na controlada direta Guaimbê Holding. Em abril de 2021, a Companhia e Nova Energia rescindiram o referido termo, pois entende que aporte de capital será suficiente sem prejuízo para a manutenção das atividades e cumprimento das obrigações da referida controlada indireta.

## Notas Explicativas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Valor do patrimônio líquido ajustado (i)	Lucro (prejuízo) líquido do período	Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado (i)
Guaimbê Solar Holding	1.225.608.832	80%	1.763.109	1.380.082	1.380.082	44.036	44.036
Tietê Integra	8.000.100	100%	14.021	11.871	11.871	(1.940)	(1.940)
Tietê Inova	74.430.997	0%	—	—	—	(1.967)	(733)
Boa Hora 1	7.586.395.435	100%	75.864	93.063	96.842	6.404	6.320
Boa Hora 2	7.903.933.876	100%	79.039	89.283	93.062	6.027	5.943
Boa Hora 3	11.553.845.402	100%	115.538	124.555	128.335	4.922	4.838
AGV Solar IV	99.000.500	100%	76.520	74.537	78.874	(212)	(299)
AGV Solar V	100.518.058	100%	100.518	99.010	103.347	606	522
AGV Solar VI	102.919.171	100%	102.919	100.045	104.382	1.044	966
Tucano F5	167.174.414	100%	29.478	29.458	29.458	(18)	(18)
AES Tucano Holding I	651.647.997	100%	310.202	280.209	288.392	(3.081)	4.418
AES Tucano Holding II	703.781.048	100%	140.292	139.217	139.217	(557)	(557)
Ventus Holding	169.458.024	100%	169.458	165.553	165.553	(2.150)	(2.150)
Brasventos Eolo	137.021.678	51%	101.236	101.929	51.984	(1.788)	1.788
Brasventos Miassaba 3	101.236.380	51%	137.022	140.483	71.646	(2.371)	2.371
Rei dos Ventos 3	93.594.593	51%	93.595	95.447	48.678	(232)	(232)
MS Participações Societárias	1.441.304.348	100%	10.722	152.212	152.212	2.253	573
Santos Energia Participações	218.299.035	100%	146.272	80.391	80.398	3.832	3.832
AES Brasil Operações	2.124.555	100%	2.125	2.120	2.120	(33)	(33)
<b>Total</b>				<b>3.159.465</b>	<b>3.026.453</b>	<b>54.775</b>	<b>69.645</b>

- (i) Juros capitalizados de controladas: Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos parques solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas informações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas informações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” (nota explicativa nº 12) em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso” (nota explicativa nº 28). Para melhor apresentação dessas informações, os juros capitalizados foram ajustados na tabela acima em “Valor do patrimônio líquido ajustado” e “Lucro (prejuízo) líquido ajustado”.

Em 30 de junho de 2021, as informações contábeis intermediárias consolidadas dos empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) estão apresentadas abaixo:

	Consolidado Tucano H. III
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	18.765
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	151.896
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>170.661</b>
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	6.334
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	15.045
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	149.282
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>170.661</b>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(5)

## Notas Explicativas

### 12. IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Controladora				
	30.06.2021				31.12.2020
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	411.781	-	411.781	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	2.932.461	(2.142.083)	790.378	831.325
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,9%	672.977	(514.582)	158.395	165.160
Máquinas e equipamentos	3,7%	2.175.828	(1.005.723)	1.170.105	1.196.104
Veículos	14,3%	9.685	(6.458)	3.227	3.303
Móveis e utensílios e outros	6,3%	7.256	(4.671)	2.585	2.728
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>6.209.988</b>	<b>(3.673.517)</b>	<b>2.536.471</b>	<b>2.610.401</b>
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099	2.099
Imobilizado em curso (i)		59.757	-	59.757	40.211
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>6.271.844</b>	<b>(3.673.517)</b>	<b>2.598.327</b>	<b>2.652.711</b>
Direito de uso de sede administrativa	10,8%	10.295	(2.168)	8.127	6.528
<b>Total Imobilizado</b>		<b>6.282.139</b>	<b>(3.675.685)</b>	<b>2.606.454</b>	<b>2.659.239</b>

	Consolidado				
	30.06.2021				31.12.2020
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	414.334	-	414.334	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	2.932.461	(2.142.083)	790.378	831.325
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,9%	854.212	(529.362)	324.850	236.863
Máquinas e equipamentos	3,6%	6.258.321	(1.462.230)	4.796.091	4.379.891
Veículos	14,3%	9.927	(6.664)	3.263	3.303
Móveis e utensílios e outros	6,3%	7.605	(4.683)	2.922	2.799
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>10.476.860</b>	<b>(4.145.022)</b>	<b>6.331.838</b>	<b>5.868.465</b>
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099	2.099
Imobilizado em curso (i)		469.729	-	469.729	168.288
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>10.948.688</b>	<b>(4.145.022)</b>	<b>6.803.666</b>	<b>6.038.852</b>
Direito de uso de sede administrativa	10,8%	10.823	(2.309)	8.514	6.944
Direito de uso de terreno arrendado	3,3%	97.134	(8.616)	88.518	75.837
<b>Total Imobilizado</b>		<b>11.056.645</b>	<b>(4.155.947)</b>	<b>6.900.698</b>	<b>6.121.633</b>

(i) Principalmente gastos com a modernização de unidades geradoras hidrelétrica e novos projetos de geração distribuída e eólicos, incluindo adiamento a fornecedor referente a pagamento inicial para montagem dos aerogeradores no Complexo Eólico Tucano, Mandacaru e Salinas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração dos ativos eólicos e solares, que em 30 de junho de 2021 representa um montante de R\$78.039, líquido de depreciação.

## Notas Explicativas

### (b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no semestre findo em 30 de junho de 2021 é como segue:

	Controladora					Saldo em 30 de junho de 2021
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	
Terrenos	411.781	–	–	–	–	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.932.388	–	(66)	139	–	2.932.461
Edificações, obras civis e benfeitorias	672.977	–	–	–	–	672.977
Máquinas e equipamentos	2.165.506	–	(664)	10.986	–	2.175.828
Veículos	9.371	–	–	314	–	9.685
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	7.256	1	–	–	–	7.256
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	–	–	–	–	2.099
Em curso	40.211	29.030	–	(11.439)	1.955	59.757
Direito de uso de sede administrativa	8.170	2.125	–	–	–	10.295
<b>Subtotal</b>	<b>6.249.759</b>	<b>31.156</b>	<b>(730)</b>	<b>–</b>	<b>1.955</b>	<b>6.282.139</b>
Depreciação/Amortização	(3.590.520)	(85.264)	99	–	–	(3.675.685)
<b>Total líquido</b>	<b>2.659.239</b>	<b>(54.108)</b>	<b>(631)</b>	<b>–</b>	<b>1.955</b>	<b>2.606.454</b>

	Consolidado									
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Aquisição Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	Mais valia na aquisição de ativos	Aquisição Complexo Eólico Cajuína	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Venda de ativos de geração distribuída
Terrenos	414.284	50	–	–	–	–	–	–	–	–
Reservatórios, barragens e adutoras	2.932.388	–	–	–	–	–	(66)	139	–	–
Edificações, obras civis e benfeitorias	754.090	99.235	–	–	–	–	–	1.770	–	(883)
Máquinas e equipamentos (ii)	5.730.334	366.895	181.437	537	28	–	(10.056)	24.012	–	(34.866)
Veículos	9.371	242	–	–	–	–	–	314	–	–
Móveis e utensílios e outros	7.336	269	–	–	–	–	–	–	–	–
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Imobilizado em curso	168.288	28.537	–	1.798	324.046	–	–	(26.235)	10.685	(37.390)
Direito de uso de sede administrativa	8.698	–	–	–	2.125	–	–	–	–	–
Direito de uso de terreno arrendado	80.178	17.565	–	–	4.615	–	–	–	–	(5.224)
<b>Subtotal</b>	<b>10.107.066</b>	<b>512.793</b>	<b>181.437</b>	<b>2.335</b>	<b>330.814</b>	<b>–</b>	<b>(10.122)</b>	<b>–</b>	<b>10.685</b>	<b>(78.363)</b>
Depreciação/Amortização	(3.985.433)	–	(1.261)	–	(176.271)	(563)	5.757	–	–	1.824
<b>Total líquido</b>	<b>6.121.633</b>	<b>512.793</b>	<b>180.176</b>	<b>2.335</b>	<b>154.543</b>	<b>(563)</b>	<b>(4.365)</b>	<b>–</b>	<b>10.685</b>	<b>(76.539)</b>

### (c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os ativos da Companhia e suas controladas que possuem essas características, são:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Concessão	2.549.920	2.605.234	2.549.920	2.605.234
Autorizações	46.308	45.378	4.251.647	3.431.519
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099	2.099	2.099
<b>Total</b>	<b>2.598.327</b>	<b>2.652.711</b>	<b>6.803.666</b>	<b>6.038.852</b>

### 13. INTANGÍVEL

	Controladora				
	30.06.2021				31.12.2020
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(42.267)	940.589	946.957
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,7%	73.174	(50.008)	23.166	24.212
Software e outros intangíveis	20,1%	66.855	(43.500)	23.355	23.522
		<b>1.122.885</b>	<b>(135.775)</b>	<b>987.110</b>	<b>994.691</b>

	Consolidado				
	30.06.2021				31.12.2020
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(42.267)	940.589	946.957
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,7%	73.174	(50.008)	23.166	24.212
Direitos contratuais de solares e eólicas (iii)	4,9%	331.275	(25.830)	305.445	131.646
Direito de exploração de autorização (iv)	3,0%	139.616	(3.059)	136.557	22.282
Intangível gerado na combinação de negócios (v)	3,4%	19.073	(2.518)	16.555	16.876
Direitos e projetos em desenvolvimento (vi)	2,9%	63.523	(2.420)	61.103	62.011
Direitos contratuais de geração distribuída	3,2%	–	–	–	8.349
Software e outros intangíveis (vii)	20,1%	106.618	(53.082)	53.536	31.857
		<b>1.716.135</b>	<b>(179.184)</b>	<b>1.536.951</b>	<b>1.244.190</b>

(i) Refere-se à extensão de concessão registrada pela Companhia em dezembro de 2020. Em 09 de setembro de 2020, foi aprovada a Lei nº14.052/2020 que regulamentou os termos e condições para repactuação do risco não hidrológico causado pelo GSF. A lei ofereceu aos geradores uma prorrogação da concessão para compensar impactos anteriores não hidrológicos do GSF cobrados entre março de 2012 até agosto de 2019. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu um intangível, no montante de R\$946.957 em contrapartida à rubrica de Custo dos produtos e serviços vendidos, linha mercado de curto prazo. Posteriormente, em março de 2021, após a CCEE apresentar os cálculos finais, a Companhia constituiu um novo montante, no valor de R\$35.899, totalizando R\$982.856, o qual está sendo amortizado pelo método linear a partir de 01 de janeiro de 2021 até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. Vide nota 2.

(ii) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

## Notas Explicativas

- (iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, além dos complexos eólicos Ventus, complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização. Estes valores foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.
- (iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora, Guaimbê e Cajuína, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.
- (v) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (vi) Corresponde ao direito e projetos em desenvolvimento decorrente da aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano, que será amortizado com base no prazo de autorização.

A movimentação do intangível no semestre findo em 30 de junho de 2021 é como segue:

	Controladora				Total
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Outros ativos intangíveis		
			Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	946.957	24.212	10.412	13.110	994.691
Adições	35.899	—	1.675	—	37.574
Amortizações	(42.267)	(1.046)	—	(1.842)	(45.155)
Transferências	—	—	(1.429)	1.429	—
Saldo em 30 de junho de 2021	940.589	23.166	10.658	12.697	987.110

		Consolidado							Total	
		Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		
								Em curso		Em serviço
Saldo em 31 de dezembro de 2020	Notas	946.957	24.212	139.995	22.282	16.876	62.011	20.070	11.787	1.244.190
Adições		35.899	—	181.148	115.195	—	—	5.181	—	337.423
Efeito da aquisição do complexos Eólicos Mandacaru e Salinas		—	—	—	—	—	—	—	19.288	19.288
Venda de ativos de geração distribuída	10	—	—	(8.232)	—	—	—	(76)	(252)	(8.560)
Baixas		—	—	—	—	—	—	—	(60)	(60)
Amortizações		(42.267)	(1.046)	(7.466)	(920)	(321)	(908)	—	(2.402)	(55.330)
Transferências		—	—	—	—	—	—	(3.063)	3.063	—
Saldo em 30 de junho de 2021		940.589	23.166	305.445	136.557	16.555	61.103	22.112	31.424	1.536.951

## Notas Explicativas

### 14. FORNECEDORES

Notas	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>				
Rebaixamento hidrelétrico - GSF (i)	–	1.308.698	–	1.308.698
Energia elétrica comprada para revenda	63.298	61.993	66.208	64.009
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	29	3.029	–	–
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	10.280	10.201	13.212	12.274
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	4.285	3.254	4.286	3.254
<b>Subtotal</b>	<b>77.863</b>	<b>1.387.175</b>	<b>83.706</b>	<b>1.388.235</b>
Materiais e Serviços	24.729	41.228	99.838	84.433
Materiais e Serviços - partes relacionadas	29	136	12.482	137
<b>Total</b>	<b>115.004</b>	<b>1.428.539</b>	<b>196.026</b>	<b>1.472.805</b>

(i) Em 07 de janeiro de 2021, a Companhia efetuou o pagamento da liquidação financeira da CCEE de seus débitos oriundos do GSF, no valor de R\$1.308.698.

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 19 cartas de fiança, no valor total de R\$ 8.085 e 42 seguros garantia, no valor de R\$ 114.561, totalizando uma importância segurada de R\$122.646, com custo de 0,35% a 3,00% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

### 15. TRIBUTOS A PAGAR

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>				
Imposto de renda	31.633	–	35.291	2.902
Contribuição social	11.778	–	13.889	1.873
<b>Total</b>	<b>43.411</b>	<b>–</b>	<b>49.180</b>	<b>4.775</b>
<b>Outros tributos a pagar</b>				
INSS	1.956	2.530	2.769	2.984
PIS e Cofins	10.403	7.415	12.879	9.491
ICMS	3.081	3.012	3.796	3.328
Outros	5.703	1.672	6.882	2.281
<b>Total</b>	<b>21.143</b>	<b>14.629</b>	<b>26.326</b>	<b>18.084</b>

A Companhia e suas controladas Tietê Integra, Tietê Eólica, Guaimbê Holding, Nova Energia, Tucano Holding I, Tucano Holding II, Tucano Holding III, Ventus Holding, SPes de Tucano, MS Participações Societárias, Bela Vista, Embuaca, Icarai e Mar e Terra, Santos Energia Participações, Santo Antonio de Pádua, São Cristóvão e São Jorge, são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetuou os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa.

Por sua vez, as controladas se utilizaram da apuração com base no balancete de redução, sendo que Guaimbê Holding, Tucano Holding I, Tucano F1 e Tucano Holding III, Bela Vista, Embuaca, Icarai e Mar e Terra precisaram recolher antecipações, pois as demais apuraram prejuízo fiscal, de modo que não foi necessário efetuar antecipações. A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPes

## Notas Explicativas

dos Complexos Solar Ouroeste, Alto Sertão II, Guaimbê e Ventus (Brasventos EOLO, Brasventos Miassaba 3 e Rei dos Ventos 3) é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa, enquanto que as empresas do Complexo Cajuína estão sob o regime de competência.

As empresas Tietê Inova, Tietê Inova I, Tietê Inova II foram alienadas em 13 de junho, sendo tributadas pelo regime do lucro real até então. No que diz respeito ao recolhimento, a Inova se utilizou da apuração com base no balancete de suspensão / redução, tendo que efetuar o recolhimento de estimativas. A Inova I e Inova II apuraram prejuízo fiscal, sendo assim, não houve necessidade de recolhimento de estimativas.

### 16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

16.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		Controladora								
		30.06.2021								
		Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Vencimento	Taxa Efetiva (j)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>MOEDA NACIONAL</b>										
<b>Debêntures</b>										
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	7.461	—	(1.147)	6.314	217.895	(1.205)	216.690	223.004
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	5.173	—	(456)	4.717	379.324	(674)	378.650	383.367
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	11.341	375.000	(1.335)	385.006	375.000	(529)	374.471	759.477
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.536	16.621	(1.385)	16.772	196.182	(7.789)	188.393	205.165
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	16.479	—	(421)	16.058	1.380.000	(2.128)	1.377.872	1.393.930
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	9.699	—	(2.670)	7.029	712.343	(22.677)	689.666	696.695
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,63%	2.705	—	(743)	1.962	198.792	(6.364)	192.428	194.390
<b>Subtotal</b>			<b>54.394</b>	<b>391.621</b>	<b>(8.157)</b>	<b>437.858</b>	<b>3.459.536</b>	<b>(41.366)</b>	<b>3.418.170</b>	<b>3.856.028</b>
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>										
Scotiabank 4131 (1ª série)	2025	USD + 1,63%	—	—	—	—	573.756	—	573.756	573.756
Scotiabank 4131 (2ª série)	2026	USD + 1,78%	3.597	—	—	3.597	682.629	—	682.629	686.226
<b>Subtotal</b>			<b>3.597</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3.597</b>	<b>1.256.385</b>	<b>—</b>	<b>1.256.385</b>	<b>1.259.982</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>57.991</b>	<b>391.621</b>	<b>(8.157)</b>	<b>441.455</b>	<b>4.715.921</b>	<b>(41.366)</b>	<b>4.674.555</b>	<b>5.116.010</b>

## Notas Explicativas

Controladora										
31.12.2020										
Circulante						Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Vencimento	Taxa Efetiva (I)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>MOEDA NACIONAL</b>										
<b>Debêntures</b>										
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	577	—	(1.103)	(526)	208.394	(1.780)	206.614	206.088
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	5.043	—	(436)	4.607	362.785	(903)	361.882	366.489
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	8.932	—	(1.553)	7.379	750.000	(1.057)	748.943	756.322
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.578	15.373	(1.389)	15.562	196.428	(8.467)	187.961	203.523
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	11.709	—	(405)	11.304	1.380.000	(2.339)	1.377.661	1.388.965
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	9.303	—	(2.512)	6.791	683.262	(24.031)	659.231	666.022
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,63%	7.099	—	(701)	6.398	190.679	(6.744)	183.935	190.333
<b>Subtotal</b>			<b>44.241</b>	<b>15.373</b>	<b>(8.099)</b>	<b>51.515</b>	<b>3.771.548</b>	<b>(45.321)</b>	<b>3.726.227</b>	<b>3.777.742</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>										
4ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 3,80%	6.625	175.000	(406)	181.219	—	—	—	181.219
5ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,29%	6.744	175.000	(551)	181.193	—	—	—	181.193
6ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,41%	5.700	150.000	(539)	155.161	—	—	—	155.161
<b>Subtotal</b>			<b>19.069</b>	<b>500.000</b>	<b>(1.496)</b>	<b>517.573</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>517.573</b>
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>										
Scotiabank 4131	2025	USD + 1,63%	48	—	—	48	591.961	—	591.961	592.009
<b>Subtotal</b>			<b>48</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>48</b>	<b>591.961</b>	<b>—</b>	<b>591.961</b>	<b>592.009</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>63.358</b>	<b>515.373</b>	<b>(9.595)</b>	<b>569.136</b>	<b>4.363.509</b>	<b>(45.321)</b>	<b>4.318.188</b>	<b>4.887.324</b>

## Notas Explicativas

		Consolidado								
		30.06.2021								
		Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>MOEDA NACIONAL</b>										
<b>Debêntures</b>										
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	7.461	–	(1.147)	6.314	217.895	(1.205)	216.690	223.004
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	5.173	–	(456)	4.717	379.324	(674)	378.650	383.367
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	11.341	375.000	(1.335)	385.006	375.000	(529)	374.471	759.477
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.536	16.621	(1.385)	16.772	196.182	(7.789)	188.393	205.165
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	16.479	–	(421)	16.058	1.380.000	(2.128)	1.377.872	1.393.930
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	9.699	–	(2.670)	7.029	712.343	(22.677)	689.666	696.695
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	2.705	–	(743)	1.962	198.792	(6.364)	192.428	194.390
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	186	24.037	(237)	23.986	33.871	(906)	32.965	56.951
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	214	15.318	(223)	15.309	49.236	(863)	48.373	63.682
<b>Subtotal</b>			<b>54.794</b>	<b>430.976</b>	<b>(8.617)</b>	<b>477.153</b>	<b>3.542.643</b>	<b>(43.135)</b>	<b>3.499.508</b>	<b>3.976.661</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>										
BNDES - Complexo Ventus	2029	TJLP + 2,51% a 2,71%	639	26.542	–	27.181	194.639	(569)	194.070	221.251
BNB - Complexos Eólicos Mandácaru e Salinas	2030	2,55% (pré)	2.074	9.716	(1.012)	10.778	147.142	(4.231)	142.911	153.689
BNDES - Complexos Eólicos Mandácaru e Salinas	2030	TJLP + 1,66% a 2,45%	530	20.935	(3.060)	18.405	171.322	(20.318)	151.004	169.409
<b>Subtotal</b>			<b>3.243</b>	<b>57.193</b>	<b>(4.072)</b>	<b>56.364</b>	<b>513.103</b>	<b>(25.118)</b>	<b>487.985</b>	<b>544.349</b>
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>										
Scotiabank 4131 (1ª série)	2025	USD + 1,63%	–	–	–	–	573.756	–	573.756	573.756
Scotiabank 4131 (2ª série)	2026	USD + 1,78%	3.597	–	–	3.597	682.629	–	682.629	686.226
<b>Subtotal</b>			<b>3.597</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>3.597</b>	<b>1.256.385</b>	<b>–</b>	<b>1.256.385</b>	<b>1.259.982</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>61.634</b>	<b>488.169</b>	<b>(12.689)</b>	<b>537.114</b>	<b>5.312.131</b>	<b>(68.253)</b>	<b>5.243.878</b>	<b>5.780.992</b>

## Notas Explicativas

		Consolidado								
		31.12.2020								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>MOEDA NACIONAL</b>										
<b>Debêntures</b>										
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	577	–	(1.103)	(526)	208.394	(1.780)	206.614	206.088
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	5.043	–	(436)	4.607	362.785	(903)	361.882	366.489
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	8.932	–	(1.553)	7.379	750.000	(1.057)	748.943	756.322
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.578	15.373	(1.389)	15.562	196.428	(8.467)	187.961	203.523
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	11.709	–	(405)	11.304	1.380.000	(2.339)	1.377.661	1.388.965
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	9.303	–	(2.512)	6.791	683.262	(24.031)	659.231	666.022
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	7.099	–	(701)	6.398	190.679	(6.744)	183.935	190.333
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	218	25.152	(148)	25.222	42.968	(592)	42.376	67.598
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	229	14.693	(140)	14.782	54.572	(563)	54.009	68.791
<b>Subtotal</b>			<b>44.688</b>	<b>55.218</b>	<b>(8.387)</b>	<b>91.519</b>	<b>3.869.088</b>	<b>(46.476)</b>	<b>3.822.612</b>	<b>3.914.131</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>										
4ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 3,80%	6.625	175.000	(406)	181.219	–	–	–	181.219
5ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,29%	6.744	175.000	(551)	181.193	–	–	–	181.193
6ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,41%	5.700	150.000	(539)	155.161	–	–	–	155.161
BNDES	2029	TJLP + 2,51% a 2,71%	717	26.542	–	27.259	207.910	–	207.910	235.169
<b>Subtotal</b>			<b>19.786</b>	<b>526.542</b>	<b>(1.496)</b>	<b>544.832</b>	<b>207.910</b>	<b>–</b>	<b>207.910</b>	<b>752.742</b>
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>										
Scotiabank 4131	2025	USD + 1,63%	48	–	–	48	591.961	–	591.961	592.009
<b>Subtotal</b>			<b>48</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>48</b>	<b>591.961</b>	<b>–</b>	<b>591.961</b>	<b>592.009</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>64.522</b>	<b>581.760</b>	<b>(9.883)</b>	<b>636.399</b>	<b>4.668.959</b>	<b>(46.476)</b>	<b>4.622.483</b>	<b>5.258.882</b>

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Para o empréstimos em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação, líquido de operações de derivativos relacionadas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

## Notas Explicativas

### 16.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.777.742</u>	<u>517.573</u>	<u>592.009</u>	<u>4.887.324</u>	<u>3.914.131</u>	<u>752.742</u>	<u>592.009</u>	<u>5.258.882</u>
Ingressos	–	–	800.000	800.000	–	–	800.000	800.000
Efeito da aquisição do Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	–	–	–	–	–	332.000	–	332.000
Encargos financeiros	85.066	6.726	8.526	100.318	90.310	17.418	8.526	116.254
Variação cambial	–	–	(143.615)	(143.615)	–	–	(143.615)	(143.615)
Variação monetária	72.160	–	8.039	80.199	77.947	–	8.039	85.986
Pagamento de principal	(7.925)	(500.000)	–	(507.925)	(28.635)	(521.112)	–	(549.747)
Pagamento de encargos financeiros	(74.910)	(25.795)	(4.977)	(105.682)	(80.202)	(37.978)	(4.977)	(123.157)
Diferimento custos de transação	–	–	–	–	(975)	(216)	–	(1.191)
Amortização custos de transação	3.895	1.496	–	5.391	4.085	1.495	–	5.580
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>3.856.028</u>	<u>–</u>	<u>1.259.982</u>	<u>5.116.010</u>	<u>3.976.661</u>	<u>544.349</u>	<u>1.259.982</u>	<u>5.780.992</u>

## Notas Explicativas

### 16.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (i)	Vencimento	Finalidade
Controladora	5ª Emissão Debêntures	180.000	15/12/2016	IPCA + 6,54%	Anual	Anual	223.004	Dezembro de 2022 Dezembro de 2023	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
Controladora	6ª Emissão (2ª série)	317.620	15/4/2017	IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	383.367	Abril de 2023 Abril de 2024	Pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão de debêntures
Controladora	7ª Emissão (2ª série)	750.000	15/2/2018	CDI + 1,30%	Semestrais	Anual	759.477	Fevereiro de 2022 Fevereiro de 2023	Reforço de capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Emissora
Controladora	8ª Emissão Debêntures	200.000	15/5/2018	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	205.165	Maio de 2030	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
	9ª Emissão Debêntures (1ª série)			CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.393.930	Março de 2026 Março de 2027	Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures
Controladora	9ª Emissão Debêntures (2ª série)	2.200.000	15/3/2019	IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	696.695	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação dos projetos Guaimbê e AGV
	9ª Emissão Debêntures (3ª série)			IPCA + 4,71%	Anual	Anual	194.390	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	
Controladora	Scotiabank 4131 (1ª série)	600.000 USD 116.122	29/12/2020	USD + 1,63%	Trimestral	Dezembro 2024 e Dezembro 2025	573.756	Dezembro de 2025	Reforço de capital de giro
Controladora	Scotiabank 4131 (2ª série)	800.000 USD 138.169	31/3/2021	USD + 1,78%	Semestral	Março 2025 e Março 2026	686.226	Março de 2026	Reforço de capital de giro
AES Tietê Eólica	Debêntures de Infraestrutura	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	56.951 63.682	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
Complexo Ventus	BNDES	235.169	3/10/2012	TJLP + 2,51% e 2,71%	Mensal	Mensal	221.251	Outubro de 2029	Financiamento dos parques do Complexo Ventus
Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	BNDES (Complexo Salinas e Mandacaru)	295.800	16/07/2013 (MS) 14/04/2014 (Santos)	TJLP + 1,66%, 1,76% e 1,88% (MS) TJLP + 2,45% (Santos)	Mensal	Mensal	169.409	Maio, Outubro e Novembro de 2029 (MS) Dezembro de 2030 (Santos)	Financiamento dos parques do Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas
	BNB (MS)	198.500	27/5/2013	2,55 (pré)	Semestral	Semestral	153.689	Maio de 2030, 2031 e 2033	

## Notas Explicativas

- (i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

### 16.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora				Consolidado			
	30.06.2021		31.12.2020		30.06.2021		31.12.2020	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>Moeda nacional</b>								
CDI	2.157.820	41,77	2.669.710	54,02	2.157.820	36,81	2.669.710	50,23
IPCA	1.747.731	33,83	1.680.521	34,00	1.870.593	31,91	1.818.353	34,21
TJLP	–	–	–	–	414.607	7,07	235.169	4,42
Pré-fixado	–	–	–	–	158.932	2,71	–	–
<b>Moeda estrangeira</b>								
Dólar	1.259.982	24,40	592.009	11,98	1.259.982	21,50	592.009	11,14
<b>Total</b>	<b>5.165.533</b>	<b>100,00</b>	<b>4.942.240</b>	<b>100,00</b>	<b>5.861.934</b>	<b>100,00</b>	<b>5.315.241</b>	<b>100,00</b>

### 16.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora				Consolidado				
	Debêntures	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total
2022	117.552	–	(4.095)	113.457	136.136	29.026	–	(4.326)	160.836
2023	692.011	–	(6.874)	685.137	716.070	58.576	–	(10.405)	764.241
2024	209.251	269.225	(6.440)	472.036	231.125	59.591	269.225	(9.972)	549.969
2025	20.776	807.676	(6.916)	821.536	39.366	60.912	807.676	(10.447)	897.507
2026	712.556	179.484	(7.118)	884.922	712.556	62.236	179.484	(10.187)	944.089
2027 em diante	1.707.390	–	(9.923)	1.697.467	1.707.390	242.762	–	(22.916)	1.927.236
	<b>3.459.536</b>	<b>1.256.385</b>	<b>(41.366)</b>	<b>4.674.555</b>	<b>3.542.643</b>	<b>513.103</b>	<b>1.256.385</b>	<b>(68.253)</b>	<b>5.243.878</b>

### 16.6 Variação dos indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos:

	30.06.2021	31.12.2020
CDI (índice do último dia útil do período)	4,15%	1,90%
TJLP (índice do último dia útil do período)	4,61%	4,87%
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	8,35%	4,52%
Dólar (taxa do último dia útil do período)	5,00	5,19

## Notas Explicativas

### 16.7 Compromissos financeiros - “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas acompanham seus *covenants* qualitativos, conforme definidos, nos mesmos contratos.

Em 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia manteve o acompanhamento dos seus índices financeiros.

## 17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos (284 contratos) e aluguéis de sedes administrativas (2 contratos), com vigência até 2051. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a.

		Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	Notas	20.982	88.211
Efeito da aquisição do Complexo Eólicos Mandacaru e Salinas	1	–	15.970
Ingressos		2.125	6.740
Encargos financeiros		1.002	4.565
Pagamento de encargos financeiros		(1.002)	(3.729)
Pagamento de principal		(485)	(1.749)
Venda de ativos de geração distribuída	10	–	(5.127)
Saldo em 30 de junho de 2021		22.622	104.881

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Notas	Controladora	Consolidado
<b>CIRCULANTE</b>			
2021		185	361
2022		968	1.973
Subtotal	22	1.153	2.334
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
2022		627	1.556
2023		1.373	3.404
2024		1.491	3.696
2025		1.491	3.696
2026		1.491	3.696
2027 em diante		14.996	86.499
Subtotal		21.469	102.547
Total		22.622	104.881

A Companhia possui contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora, nos montantes de R\$6.708 e R\$7.194, totalizando R\$13.902 (nota explicativa nº 29). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, possuindo a mesma taxa de desconto de 10,08% a.a. e vigência até novembro de 2045. Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. As condições de sublocação são as mesmas do aluguel original. Dessa forma, não há ganho reconhecido. Os direitos de uso foram reconhecidos nas

## Notas Explicativas

controladas e as obrigações de arrendamento na Companhia. Adicionalmente, foi reconhecido um contas a receber na controladora e um contas a pagar nas controladas.

### 18 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

#### 18.1 Despesas reconhecidas no resultado do período

	Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Valor presente das obrigações atuariais	613.697	609.194
Valor justo dos ativos do plano	(488.968)	(488.968)
<b>Subtotal passivo (ativo) registrado com previdência privada</b>	<b>124.729</b>	<b>120.226</b>
Valor presente das obrigações atuariais	11.935	11.187
<b>Subtotal passivo (ativo) registrado com programa de incentivo à aposentadoria</b>	<b>11.935</b>	<b>11.187</b>
<b>Total das obrigações com benefícios pós-emprego</b>	<b>136.664</b>	<b>131.413</b>

#### 18.2 Movimentações do passivo registrado

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
<b>Saldo no início do período</b>	<b>131.413</b>	<b>89.001</b>
Despesa do período da obrigação com previdência privada	4.503	(11.105)
Despesa do período da obrigação com PIA	748	–
Remensuração da obrigação com previdência privada	–	54.168
Remensuração da obrigação com PIA	–	2.601
Pagamentos de contribuições	–	(3.252)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>136.664</b>	<b>131.413</b>

## Notas Explicativas

### 19. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

#### 19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados		Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Trabalhista (a)	2.972	2.275	117	138	2.972	2.275	117	138
Meio ambiente (b)	2.599	2.612	—	—	2.599	2.612	—	—
Regulatório (c)	54.500	47.184	—	—	54.500	47.184	—	—
Fiscal (d)								
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.079	6.053	—	—	6.079	6.053	—	—
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	16.301	16.114	16.377	16.191	16.301	16.114	16.377	16.191
Cível (e)	4.592	4.257	—	—	4.796	4.257	—	—
<b>Total</b>	<b>87.043</b>	<b>78.495</b>	<b>16.494</b>	<b>16.329</b>	<b>87.247</b>	<b>78.495</b>	<b>16.494</b>	<b>16.329</b>
Circulante	5.526	3.894			5.526	3.894		
Não Circulante	81.517	74.601			81.721	74.601		
<b>Total</b>	<b>87.043</b>	<b>78.495</b>			<b>87.247</b>	<b>78.495</b>		

As cauções e depósitos vinculados totalizam R\$21.200 em 30 de junho de 2021 (R\$17.565 em 31 de dezembro de 2020), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Consolidado							
	30.06.2021				31.12.2020			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	117	139	1.057	1.313	138	166	1.031	1.335
Fiscal	16.377	—	—	16.377	16.191	—	—	16.191
Cível	—	41	—	41	—	—	39	39
Imobiliárias	—	3.469	—	3.469	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>16.494</b>	<b>3.649</b>	<b>1.057</b>	<b>21.200</b>	<b>16.329</b>	<b>166</b>	<b>1.070</b>	<b>17.565</b>

## Notas Explicativas

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora					Total
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.275	2.612	47.184	22.167	4.257	78.495
Provisão	898	(13)	–	–	26	911
Atualização monetária	70	–	7.316	213	335	7.934
Reversão de provisão	(87)	–	–	–	–	(87)
Pagamentos	(184)	–	–	–	(26)	(210)
Saldo em 30 de junho de 2021	2.972	2.599	54.500	22.380	4.592	87.043

  

	Consolidado					Total
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.275	2.612	47.184	22.167	4.257	78.495
Provisão	898	(13)	–	–	230	1.115
Atualização monetária	70	–	7.316	213	335	7.934
Reversão de provisão	(87)	–	–	–	–	(87)
Pagamentos	(184)	–	–	–	(26)	(210)
Saldo em 30 de junho de 2021	2.972	2.599	54.500	22.380	4.796	87.247

- (a) **Trabalhistas:** Existem 82 processos (89 em 31 de dezembro de 2020) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 18 processos (16 em 31 de dezembro de 2020). Em 30 de junho de 2021, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$ 2.972 (R\$2.275 em 31 de dezembro de 2020).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2021 e 2024.

- (b) **Meio ambiente:** Existem 105 processos (106 em 31 de dezembro de 2020) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 96 demandas (97 em 31 de dezembro de 2020), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$2.599 (R\$2.612 em 31 de dezembro de 2020).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2021 e 2024.

- (c) **Regulatório:** Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em

## Notas Explicativas

decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a Companhia apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela Companhia, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de junho de 2021 corresponde a R\$54.500 (R\$47.184 em 31 de dezembro de 2020).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2023.

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram que de um total de R\$134.021 (R\$133.515 em 31 de dezembro de 2020) envolvidos na discussão, R\$6.079 (R\$6.053 em 31 de dezembro de 2020) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2022.

(d.2) A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não existia decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia estava obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 30 de junho de 2021, corresponde a R\$16.301 (R\$16.114 em 31 de dezembro de 2020) e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$ 16.377 (R\$ 16.191 em 31 de dezembro de 2020). Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em Dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, este entendimento será aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até dezembro 2021.

### 19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	10.474	9.836	138.887	71.339
Regulatório (c)	54.369	51.344	54.369	51.344
Fiscal (d)	695.387	682.222	695.387	682.222
<b>Total</b>	<b>760.230</b>	<b>743.402</b>	<b>888.643</b>	<b>804.905</b>

## Notas Explicativas

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a Companhia se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a Companhia apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a Companhia informou quanto a necessidade de a CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a Companhia foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a Companhia apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da Companhia avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a Companhia apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e
- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/ impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a Companhia possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e Companhia, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da companhia, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à Companhia: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A Companhia recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à Companhia no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela Companhia e, conseqüentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em

## Notas Explicativas

primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Cível:

(b.1) Obrigação de expansão: Em outubro de 2018, a Companhia assinou acordo judicial com o Estado de São Paulo. No acordo judicial, restou registrado que: (i) 80% da obrigação de expansão (317 MW) foi cumprida ou está em fase de cumprimento; e (ii) a partir da homologação judicial do acordo, homologado em 22 de janeiro de 2019, a Companhia tem o prazo de até 6 anos para cumprir o saldo remanescente (81 MW). Em 22 de janeiro de 2019, foi proferida decisão que homologou a referido acordo. Com isso, a partir da referida homologação judicial, o processo ficará suspenso por 6 anos. Em caso de não cumprimento da obrigação remanescente no prazo de até 6 anos, fica a Companhia sujeita aos termos formulados na petição inicial pelo Estado de São Paulo, sob pena de pagamento de indenização por eventuais perdas e danos. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 1.9.

(b.2) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a Companhia, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a Companhia, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a Companhia apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$ 10.474, atualizado até 30 de junho de 2021 (R\$9.836 em 31 de dezembro de 2020).

(b.3) Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução de parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem A" (vide nota explicativa nº 18.1(e)). Em suma, o Consórcio MGT objetivava o pagamento do débito exequendo, referente à sentença arbitral proferida, acrescido de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10%, em virtude do não pagamento do débito no prazo de 15 dias úteis da efetiva citação. Como as citações não foram efetivamente recebidas pelas 15 SPE's, após o pagamento integral do débito executado, em 30 de abril de 2019, foi apresentada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, com o objetivo de afastar a cobrança dos valores relativos a multa e honorários. Em 24 de junho de 2019, foi proferida sentença de 1º instância que afastou a cobrança dos valores referentes a multa e honorários. Em decorrência, em 25 de setembro de 2019, o Consórcio MGT interpôs recurso de apelação. Em 16 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento a apelação do MGT. Em decorrência, o MGT opôs embargos de declaração. Em 10 de junho de 2021 foi proferida a decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo MGT. Em face dessa decisão foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de R\$8.645, atualizado até 30 de junho de 2021 (R\$7.827 31 de dezembro de 2020).

(b.4) Em outubro de 2019, teve início a arbitragem movida pelos fornecedores de painéis fotovoltaicos da construção do Complexo Solar Guaimbê em face da Cobra do Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. ("Cobra do Brasil") e as SPEs do Complexo Solar Guaimbê. Em maio de 2017, as partes assinaram contrato de fornecimento de painéis fotovoltaicos às SPEs. Em razão do descumprimento de condições do contrato de fornecimento, as SPEs retiveram 10% do valor total do contrato, no valor de R\$28.497 e, em outubro de 2018, a Cobra do Brasil executou a garantia de performance no total de R\$28.497, em face das Guaimbês. Pela arbitragem, os fornecedores objetivam a cobrança de R\$54.090, sendo (i) R\$26.033 referente às multas aplicadas pelas SPEs pelas entregas atrasadas e (ii) R\$26.033 referente ao ressarcimento da garantia de performance de US\$5.204. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da Cobra do Brasil, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.

(b.5) Processo Aneel: Refere-se ação judicial proposta pelas SPE's do Complexo Eólico Ventus, visando a anulação dos efeitos do Despacho da ANEEL nº 1.388/2014, especificamente em relação ao trecho que estipula, em caráter retroativo, o início da operação comercial e do período de

## Notas Explicativas

suprimento das Sociedades. Esta alteração retroativa acarretou na recontabilização da energia faturada pelas empresas, entre fevereiro e maio de 2014, no âmbito do respectivo CER, resultando em um saldo no valor de R\$ 67.700, atualizado até 30 de junho de 2021, em favor da CCEE, que equivale à diferença entre o valor da energia previsto no CERs e o valor da energia no PLD à época. Inicialmente foi deferida liminar para suspender os efeitos do despacho em questão. Posteriormente, foi proferida sentença de primeira instância desfavorável aos interesses das SPE's do Complexo Eólico Ventus. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação e requerido o efeito suspensivo ao referido recurso. Foi concedido efeito suspensivo ativo para suspender a parte do referido despacho quanto ao efeito retroativo do início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Atualmente, aguarda-se julgamento da apelação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da J. Malucelli Energia S.A, conforme estabelecido no contrato de compra e venda. Prognóstico de perda: Possível.

(c) Regulatório:

(c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da Companhia de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobrás e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em Maio de 2020, suportada por parecer elaborado pelo escritório que patrocina a causa, a Companhia entendeu não ser mais necessária a manutenção da provisão relativa ao caso, em virtude do fato de não ser mais provável o desembolso de caixa dos valores. Dessa forma, em maio de 2020, foi realizada a reversão total da provisão no valor de R\$54.368 (valor maio de 2020), sendo R\$22.573 de principal e R\$31.795 de variação cambial. O processo continua em andamento. Em que pese não existir mais provisão relativa ao caso em questão, em 30 de junho de 2021, o montante em discussão totaliza a importância de R\$54.369. (R\$51.344 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 18.1 sendo estimado como perda possível R\$127.948 de um total de R\$134.021 (R\$126.600 de um total de R\$132.663 em 31 de março de 2021 e 2020). Em 19 de abril de 2017, a Companhia foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor atualizado até 30 de junho de 2021 em R\$51.017. Em 27 de abril de 2017, a Companhia interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que esta fase do processo será concluída durante o ano de 2022. No tocante às demais três compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (2ª instância administrativa). Em relação a esses três processos, a administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que as fases atuais dos processos serão concluídas durante o ano de 2022.

(d.2) Auto de infração - ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$161.808 atualizado até 30 de junho de 2021 (R\$160.904 em 31 de dezembro de 2020). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição

## Notas Explicativas

da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a Companhia recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a Companhia recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a Companhia ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a Companhia opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação. Em 03 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela Companhia em face da decisão que julgou extintos os embargos à execução fiscal sem a análise do mérito. Em decorrência a Companhia opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Companhia. Em decorrência, foram interpostos os recursos especial e extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Em relação ao mérito e andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

- (d.3) Auto de infração - Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à Companhia. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 30 de junho de 2021 é de R\$9.667 (R\$9.611 em 31 de dezembro de 2020).
- (d.4) Auto de Infração IRPJ - Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a Companhia, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a Companhia interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da Companhia, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a Companhia apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 30 de junho de 2021 é de R\$20.479 (R\$20.440 em 31 de dezembro de 2020)

## Notas Explicativas

- (d.5) Auto de infração - ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$328.653 atualizado até 30 de junho de 2021. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela Companhia (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, a Companhia verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$ 328.653, R\$ 94.789 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$233.864 atribuíveis à Companhia. Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a Companhia notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da Companhia. A decisão em questão exonerou o montante de R\$60.310 (atualizados até 31 de outubro de 2020). A Companhia interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à Companhia, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Segundo os assessores legais da Companhia, o prognóstico de perda permanece classificado como possível.
- (d.6) Auto de infração - ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$106.119 atualizado até 30 de junho de 2021 (R\$105.180 em 31 de dezembro de 2020). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela Companhia, ocorrida entre 2013 a 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento.
- (d.7) Execução Fiscal - PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 à 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a Companhia discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à Companhia e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a Companhia opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 30 de junho de 2021 é de R\$8.939.

### Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

Consolidado (30.06.2021)	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	9	193.342	0,34 a 1,00%
Cível	2	65.561	1,00%
	<b>11</b>	<b>258.903</b>	

## Notas Explicativas

Consolidado (31.12.2020)	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	8	191.145	0,34 a 2,80%
Trabalhista	1	727	0,28%
Cível	2	65.561	0,35% a 0,50%
	<b>11</b>	<b>257.433</b>	

### 20. ENCARGOS SETORIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>CIRCULANTE</b>				
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	4.848	8.264	4.848	8.264
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	5.617	9.557	5.617	9.557
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	563	644	563	644
Ministério de minas e energia	281	322	281	322
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	169	667	169	667
Taxa de fiscalização ANEEL	732	679	1.319	909
<b>Subtotal</b>	<b>12.210</b>	<b>20.133</b>	<b>12.797</b>	<b>20.363</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	8.429	7.124	8.429	7.124
<b>Subtotal</b>	<b>8.429</b>	<b>7.124</b>	<b>8.429</b>	<b>7.124</b>
<b>Total</b>	<b>20.639</b>	<b>27.257</b>	<b>21.226</b>	<b>27.487</b>

### 21. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>					
Complexo Eólico Tucano		10.040	29.644	10.040	29.644
Complexo Eólico Ventus		–	219.991	–	219.991
Complexo Eólico Cajuína	1.1			29.715	
<b>Subtotal</b>		<b>10.040</b>	<b>249.635</b>	<b>39.755</b>	<b>249.635</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Complexo Eólico Tucano		1.057	28.224	1.057	28.224
Complexo Eólico Ventus		11.381	14.557	11.381	14.557
Complexo Eólico Cajuína	1.1	–		62.247	
Complexo Eólico Alto Sertão II		13.436	5.301	13.435	5.301
<b>Subtotal</b>		<b>25.874</b>	<b>48.082</b>	<b>88.120</b>	<b>48.082</b>
<b>Total</b>		<b>35.914</b>	<b>297.717</b>	<b>127.875</b>	<b>297.717</b>

## Notas Explicativas

### 22. RESSARCIMENTO PASSIVO E OUTRAS OBRIGAÇÕES

CIRCULANTE	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Participação nos lucros e resultados		8.852	13.180	8.882	13.218
Férias		9.350	9.814	9.610	9.978
Encargos sociais sobre férias e gratificações		4.180	3.461	4.298	3.472
Meio ambiente		1.932	1.955	2.327	2.327
Obrigações especiais		406	406	406	406
Ajuste financeiro MCSD		—	—	—	467
Bônus		881	6.241	881	6.241
Passivo de arrendamento		1.153	876	2.334	1.884
Demais obrigações		7.931	2.338	12.698	10.370
<b>Subtotal</b>		<b>34.685</b>	<b>38.271</b>	<b>41.436</b>	<b>48.363</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
		Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Provisões para desmobilização	1.2 e 12	—	—	106.589	71.509
Meio ambiente		9.870	9.519	10.176	9.980
Obrigações especiais		1.584	1.785	1.584	1.785
Demais obrigações		612	608	5.608	4.258
<b>Subtotal</b>		<b>12.066</b>	<b>11.912</b>	<b>123.957</b>	<b>87.532</b>
<b>Total</b>		<b>46.751</b>	<b>50.183</b>	<b>165.393</b>	<b>135.895</b>

#### Ressarcimento passivo

Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios negativos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações. Já os ressarcimentos por desvios positivos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos, sendo ambos tendo como contrapartida a rubrica de "Receita operacional". Em 30 de junho de 2021, o passivo de ressarcimento no circulante e não circulante representam R\$155.181 e R\$70.695, respectivamente (R\$101.000 e R\$26.173, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020).

## Notas Explicativas

### 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A seguir está apresentada a composição acionária da Companhia:

	30.06.2021		31.12.2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
AES Brasil Energia S.A.	786.265.136	100,00	—	—
AES Holdings Brasil S.A.	—	—	484.391.716	61,61
AES Holdings Brasil II S.A.	—	—	78.926.308	10,04
BNDESPar	—	—	39.557.329	5,03
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	—	—	30.165.523	3,84
Outros	—	—	153.224.257	19,48
<b>Ações ordinárias em circulação</b>	<b>786.265.136</b>	<b>100,00</b>	<b>786.265.133</b>	<b>100,00</b>
Ações em tesouraria	—	—	3	—
<b>Total das ações ordinárias</b>	<b>786.265.136</b>	<b>100,00</b>	<b>786.265.136</b>	<b>100,00</b>
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
AES Brasil Energia S.A.	1.209.267.480	100,00	—	—
AES Holdings Brasil S.A.	—	—	1.562.372	0,13
AES Holdings Brasil II S.A.	—	—	315.705.232	26,11
BNDESPar	—	—	158.215.607	13,08
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	—	—	120.662.092	9,98
Outros	—	—	613.122.165	50,70
<b>Ações preferenciais em circulação</b>	<b>1.209.267.480</b>	<b>100,00</b>	<b>1.209.267.468</b>	<b>100,00</b>
Ações em tesouraria	—	—	12	—
<b>Total das ações preferenciais</b>	<b>1.209.267.480</b>	<b>100,00</b>	<b>1.209.267.480</b>	<b>100,00</b>
<b>Total das ações</b>	<b>1.995.532.616</b>		<b>1.995.532.616</b>	

## Notas Explicativas

### 23.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	30.06.2021	31.12.2020
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação	128.609	128.609
Compra de ações da AES Brasil Operações S.A. (nota 1.3) (i)	(38.375)	—
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio	9.405	9.405
Ações e opções de ações outorgadas	4.065	3.790
Resultado na alienação de ações em tesouraria	264	264
<b>Subtotal</b>	<b>103.968</b>	<b>142.068</b>
<u>Outros resultados abrangentes:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	602.062	629.890
Plano de previdência privada - perda atuarial, líquido de impostos	(86.277)	(86.277)
Programa de incentivo a aposentadoria	(1.717)	(1.717)
Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos	(21.520)	—
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	(34.975)	(9.001)
<b>Subtotal</b>	<b>457.573</b>	<b>532.895</b>
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal	94.921	94.921
Dividendos intermediários	—	7.942
Reserva de investimentos	379.683	16.873
<b>Subtotal</b>	<b>474.604</b>	<b>119.736</b>
<b>Total</b>	<b>1.036.145</b>	<b>794.699</b>

(i) Refere-se à variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira. Vide nota explicativa nº 30.

### 23.2 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração realizada 08 de dezembro de 2020, foi aprovada a distribuição dos juros sobre o capital próprio, imputáveis ao dividendo obrigatório referentes ao exercício de 2020, no montante de R\$35.621 correspondente a R\$0,01785055349 por ação ordinária e preferencial e R\$0,08925276745 por *unit*. O pagamento foi realizado em 26 de maio de 2021.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$7.941, sendo R\$0,00397941795 por ação ordinária e preferencial, referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020. O pagamento foi realizado em 26 de maio de 2021.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a qual segue: (i) R\$330.810 referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio; (ii) aumento de capital da Companhia, no montante de R\$210.340 e (iii) orçamento de capital a título de reserva de investimentos, no montante de R\$362.813.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$70.993, sendo R\$0,03557586198 por ação ordinária e preferencial, equivalente a R\$0,17787930990 por cada *unit*, referente ao período encerrado em 31 de março de 2021. O pagamento foi realizado em 26 de maio de 2021.

## Notas Explicativas

## 24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

		Controladora							
		01.04.2021 a 30.06.2021		01.01.2021 a 30.06.2021		01.04.2020 a 30.06.2020		01.01.2020 a 30.06.2020	
Notas		MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
	Contratos bilaterais	2.663.820	454.964	5.506.262	947.724	2.541.680	413.838	5.315.886	876.504
	Mercado de curto prazo								
	MRE	–	–	181.847	1.479	443.930	5.162	798.300	10.117
	SPOT	–	–	7.529	4.489	(113.205)	3.714	(95.800)	21.614
	Outros	–	14.201	–	22.060	–	7.436	–	11.426
29	Partes relacionadas	196.482	9.192	420.679	26.600	5.995	1.401	169.234	8.607
	Outras receitas	–	784	–	2.590	–	87	–	198
	<b>Receita operacional bruta</b>	<b>2.860.302</b>	<b>479.141</b>	<b>6.116.317</b>	<b>1.004.942</b>	<b>2.878.400</b>	<b>431.638</b>	<b>6.187.620</b>	<b>928.466</b>
	PIS e Cofins	–	(43.159)	–	(90.304)	–	(39.127)	–	(84.463)
	CFURH	–	(6.537)	–	(17.253)	–	(12.340)	–	(27.511)
	ICMS	–	(9.052)	–	(17.798)	–	(8.747)	–	(15.460)
	Pesquisa e desenvolvimento	–	(4.121)	–	(8.613)	–	(3.639)	–	(7.855)
	<b>Receita líquida</b>	<b>2.860.302</b>	<b>416.272</b>	<b>6.116.317</b>	<b>870.974</b>	<b>–</b>	<b>367.785</b>	<b>6.187.620</b>	<b>793.177</b>

		Consolidado							
		01.04.2021 a 30.06.2021		01.01.2021 a 30.06.2021		01.04.2020 a 30.06.2020		01.01.2020 a 30.06.2020	
Notas		MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
	Contratos bilaterais	3.248.669	454.525	6.120.223	948.446	2.553.178	417.376	5.333.001	881.187
	Mercado de curto prazo	–	–						
	MRE	–	–	181.847	1.479	443.930	5.162	798.300	10.117
	SPOT	18.389	2.083	26.342	6.789	(112.277)	3.732	(94.872)	21.632
	Outros	–	14.574	–	24.447	–	8.789	–	14.216
	Contratos de energia eólicos	515.346	113.468	868.138	190.596	394.773	79.830	758.203	128.551
	Contratos de energia solares	166.066	40.396	199.252	76.602	106.584	29.748	188.337	58.148
	Outras receitas	–	8.376	–	19.552	–	748	–	1.935
	<b>Receita operacional bruta</b>	<b>3.948.469</b>	<b>633.422</b>	<b>7.395.802</b>	<b>1.267.911</b>	<b>3.386.188</b>	<b>545.385</b>	<b>6.982.969</b>	<b>1.115.786</b>
	PIS e Cofins	–	(50.618)	–	(102.789)	–	(43.792)	–	(92.046)
	CFURH	–	(6.537)	–	(17.253)	–	(12.340)	–	(27.511)
	ICMS	–	(10.721)	–	(21.093)	–	(10.405)	–	(18.767)
	Pesquisa e desenvolvimento	–	(4.121)	–	(8.613)	–	(3.639)	–	(7.855)
	ISS	–	(4)	–	(7)	–	(2)	–	(4)
	<b>Receita líquida</b>	<b>3.948.469</b>	<b>561.421</b>	<b>7.395.802</b>	<b>1.118.156</b>	<b>3.386.188</b>	<b>475.207</b>	<b>6.982.969</b>	<b>969.603</b>

## Notas Explicativas

## 25. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

		Controladora							
		01.04.2021 a 30.06.2021		01.01.2021 a 30.06.2021		01.04.2020 a 30.06.2020		01.01.2020 a 30.06.2020	
Notas		MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
	Contratos bilaterais	519.872	(96.529)	1.077.450	(188.379)	402.526	(65.808)	667.963	(110.296)
29	Contratos com partes relacionadas	100.168	(1.948)	101.931	(12.716)	43.243	(8.891)	116.936	(24.142)
	Mercado de curto prazo								
	MRE	212.275	(8.927)	838.642	(12.886)	—	—	—	—
	SPOT	62.098	(40.105)	295.309	(45.695)	—	—	(5.205)	1.539
	Outros	—	(235)	—	(235)	—	(352)	—	(566)
	GSF - recuperação de custo (i)	—	—	—	35.899	—	—	—	—
	Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(43.093)	—	(83.370)	—	(38.344)	—	(74.941)
	Taxa de fiscalização ANEEL	—	(2.194)	—	(4.388)	—	(2.033)	—	(4.066)
	Crédito de PIS e Cofins	—	11.210	—	26.319	—	8.610	—	16.826
	<b>Subtotal</b>	<b>894.413</b>	<b>(181.821)</b>	<b>2.313.332</b>	<b>(285.451)</b>	<b>445.769</b>	<b>(106.818)</b>	<b>779.694</b>	<b>(195.646)</b>
	<b>Custo da operação</b>								
	Pessoal e administradores	—	(19.844)	—	(38.929)	—	(18.751)	—	(37.462)
	Benefícios pós-emprego	—	(770)	—	(1.522)	—	(542)	—	(1.119)
	Serviços de terceiros	—	(11.617)	—	(22.538)	—	(8.014)	—	(26.696)
	Material	—	(5.307)	—	(4.999)	—	(867)	—	(2.745)
	Depreciação e amortização	—	(61.804)	—	(123.615)	—	(40.263)	—	(80.933)
	Seguros	—	(4.316)	—	(8.932)	—	(3.197)	—	(6.431)
	Arrendamentos e aluguéis	—	(559)	—	(793)	—	(420)	—	(637)
	Contribuições setoriais	—	(1.815)	—	(3.622)	—	(1.667)	—	(3.336)
	Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	—	—	—	1.091	—	(67)	—	(977)
	Outros custos operacionais	—	(149)	—	(591)	—	(97)	—	(311)
	<b>Subtotal</b>	<b>—</b>	<b>(106.181)</b>	<b>—</b>	<b>(204.450)</b>	<b>—</b>	<b>(73.885)</b>	<b>—</b>	<b>(160.647)</b>
	<b>Total</b>	<b>894.413</b>	<b>(288.002)</b>	<b>2.313.332</b>	<b>(489.901)</b>	<b>445.769</b>	<b>(180.703)</b>	<b>779.694</b>	<b>(356.293)</b>

## Notas Explicativas

		Consolidado								
		01.04.2021 a 30.06.2021		01.01.2021 a 30.06.2021		01.04.2020 a 30.06.2020		01.01.2020 a 30.06.2020		
Notas		MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	
<b>Custo de produção e operação de energia</b>										
	Contratos bilaterais	587.721	(106.736)	1.107.593	(198.586)	440.663	(74.080)	811.887	(128.372)	
	Contratos com partes relacionadas	29	–	–	–	–	–	–	–	
<b>Mercado de curto prazo</b>										
	MRE	626.367	(8.927)	838.642	(12.886)	–	–	–	–	
	SPOT	235.150	(40.489)	297.248	(46.152)	69.520	(605)	74.365	(941)	
	Outros	–	(1.024)	–	(1.184)	–	(317)	–	(531)	
	GSF - recuperação de custo (i)	–	–	–	35.899	–	–	–	–	
	Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	–	(60.111)	–	(116.076)	–	(43.956)	–	(85.732)	
	Taxa de fiscalização ANEEL	–	(3.023)	–	(5.934)	–	(2.580)	–	(5.161)	
	Crédito de PIS e Cofins	–	12.054	–	27.743	–	8.742	–	16.961	
	<b>Subtotal</b>	<b>1.449.237</b>	<b>(208.256)</b>	<b>2.243.482</b>	<b>(317.176)</b>	<b>510.183</b>	<b>(112.796)</b>	<b>886.252</b>	<b>(203.776)</b>	
<b>Custo da operação</b>										
	Pessoal e administradores	–	(19.844)	–	(38.929)	–	(18.751)	–	(37.462)	
	Benefícios pós-emprego	–	(768)	–	(1.520)	–	(542)	–	(1.119)	
	Serviços de terceiros	–	(28.361)	–	(52.735)	–	(17.413)	–	(45.912)	
	Material	–	(7.805)	–	(10.013)	–	(2.438)	–	(6.206)	
	Depreciação e amortização	–	(103.089)	–	(210.576)	–	(77.130)	–	(154.022)	
	Seguros	–	(6.137)	–	(11.647)	–	(4.424)	–	(8.167)	
	Arrendamentos e aluguéis	–	(1.327)	–	(2.369)	–	(512)	–	(823)	
	Contribuições setoriais	–	(1.268)	–	(3.012)	–	(1.726)	–	(3.450)	
	Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	–	(36)	–	(5.510)	–	(52)	–	(1.842)	
	Multas contratuais	–	(327)	–	(1.014)	–	(1.166)	–	(1.624)	
	Indenização de sinistro	–	–	–	8.756	–	–	–	–	
	Outros custos operacionais	–	(1.219)	–	(4.389)	–	4	–	(210)	
	<b>Subtotal</b>	<b>–</b>	<b>(170.181)</b>	<b>–</b>	<b>(332.958)</b>	<b>–</b>	<b>(124.150)</b>	<b>–</b>	<b>(260.837)</b>	
	<b>Total</b>	<b>1.449.237</b>	<b>(378.437)</b>	<b>2.243.482</b>	<b>(650.134)</b>	<b>510.183</b>	<b>(236.946)</b>	<b>886.252</b>	<b>(464.613)</b>	

(i) Reconhecimento de recuperação de custo do GSF decorrente do intangível gerado pelo direito de extensão de concessão como compensação de custos passados, conforme detalhado na nota explicativa nº 13.

## Notas Explicativas

### 26. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora			
	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Pessoal e administradores	(19.342)	(34.185)	(15.067)	(30.621)
Benefícios pós-emprego	(174)	(357)	(953)	(1.811)
Serviços de terceiros	(2.958)	(28.849)	(50.384)	(62.238)
Material	(14.224)	(15.070)	(1.311)	(2.055)
Depreciação e amortização	(2.145)	(4.370)	(529)	(1.505)
<b>Total</b>	<b>(38.843)</b>	<b>(82.831)</b>	<b>(68.244)</b>	<b>(98.230)</b>

	Consolidado			
	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Pessoal e administradores	(19.983)	(35.317)	(15.199)	(30.874)
Benefícios pós-emprego	(176)	(360)	(955)	(1.814)
Serviços de terceiros	(2.954)	(31.091)	(52.178)	(64.931)
Material	(14.992)	(16.165)	(1.453)	(2.366)
Depreciação e amortização	(16.240)	(18.935)	(543)	(1.523)
<b>Total</b>	<b>(54.345)</b>	<b>(101.868)</b>	<b>(70.328)</b>	<b>(101.508)</b>

### 27. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Notas	Controladora			
		01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Ganho na venda de controlada	10	9.644	9.644	–	–
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(688)	(824)	21.059	21.200
Recebimento massa falida - Banco Santos		–	2.064	–	–
Recuperação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		–	–	1.835	1.835
Outros		(228)	(693)	767	433
<b>Total</b>		<b>8.728</b>	<b>10.191</b>	<b>23.661</b>	<b>23.468</b>

	Notas	Consolidado			
		01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Ganho na venda de controlada	10	9.644	9.644	–	–
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(624)	(761)	26.943	27.084
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível		(240)	(240)	(5)	(5)
Recebimento massa falida - Banco Santos		–	2.059	–	–
Recuperação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		–	–	1.831	1.831
Outros		(102)	(654)	638	(106)
<b>Total</b>		<b>8.678</b>	<b>10.048</b>	<b>29.407</b>	<b>28.804</b>

## Notas Explicativas

### 28. RESULTADO FINANCEIRO

Notas	Controladora			
	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	4.362	5.840	11.833	23.125
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	(371)	858	—	—
Atualização de créditos tributários	—	3	—	—
Renda de cauções e depósitos judiciais	323	673	588	1.324
PIS e COFINS sobre receita financeira	(235)	(343)	(589)	(1.186)
Receita de subarrendamento com partes relacionadas	28 335	672	336	861
Outras	30	209	25	83
Variações Cambiais:				
Repasse de energia - Itaipú	19 —	—	28.797	13.458
Outros	966	966	—	—
<b>Total</b>	<b>5.410</b>	<b>8.878</b>	<b>40.990</b>	<b>37.665</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	16 (55.847)	(107.218)	(60.615)	(120.852)
Atualização monetária GSF	—	—	(27.543)	(45.752)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	16 (31.828)	(72.160)	14.369	(11.166)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	18 (2.431)	(4.863)	(1.686)	(3.372)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	(308)	(579)	(814)	(1.896)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/ intangível em curso (i)	742	1.955	936	2.576
Juros sobre passivos de arrendamento	(185)	(330)	(156)	(517)
Despesa de subarrendamento com partes relacionadas	29 (335)	(672)	(336)	(861)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(4.704)	(7.934)	(1.408)	(2.618)
Imposto sobre Imposto sobre operações financeiras - IOF (ii)	(17.346)	(17.346)	—	—
Outras	(985)	(3.538)	2.157	335
Variações Cambiais:				
Marcação a mercado de derivativos	(4.000)	(6.212)	—	—
Outros	(12)	(67)	(8)	(313)
<b>Total</b>	<b>(117.239)</b>	<b>(218.964)</b>	<b>(75.104)</b>	<b>(184.436)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(111.829)</b>	<b>(210.086)</b>	<b>(34.114)</b>	<b>(146.771)</b>

## Notas Explicativas

Notas	Consolidado			
	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	9.135	13.179	14.320	28.249
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	2.904	6.277	–	–
Atualização de créditos tributários	19	38	–	–
Renda de cauções e depósitos judiciais	757	1.510	1.326	2.484
PIS e COFINS sobre receita financeira	(352)	(531)	(648)	(1.296)
Outras	28	221	46	128
Variações Cambiais:				
Repasse de energia - Itaipú	19	–	28.797	13.458
Marcação a mercado de derivativos	–	68	–	736
RF_Outras receitas cambiais	1.981	1.981	–	–
<b>Total</b>	<b>14.472</b>	<b>22.743</b>	<b>43.841</b>	<b>43.759</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	16	(65.421)	(123.343)	(127.182)
Atualização monetária GSF	–	–	(27.543)	(45.752)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	16	(34.306)	(77.948)	(12.141)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	18	(2.431)	(4.863)	(3.372)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	–	(3.967)	(4.238)	(1.896)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/ intangível em curso (i)	–	7.688	10.685	1.119
Juros sobre passivos de arrendamento	–	(2.038)	(3.752)	(1.285)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	–	(4.704)	(7.934)	(1.408)
Imposto sobre Imposto sobre operações financeiras - IOF (ii)	–	(17.734)	(17.734)	–
Outras	–	(3.348)	(7.068)	1.465
Variações Cambiais:				
Marcação a mercado de derivativos	–	(4.000)	(6.212)	–
Fornecedores	–	(1.014)	(1.014)	(332)
Outros	–	(9)	(66)	(1.398)
<b>Total</b>	<b>(131.284)</b>	<b>(243.487)</b>	<b>(80.300)</b>	<b>(198.749)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(116.812)</b>	<b>(220.744)</b>	<b>(36.459)</b>	<b>(154.990)</b>

(i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,7% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2021 (6,4% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2020), sobre os ativos qualificáveis.

(ii) Em função da não incorporação do AFAC ao capital social da controlada Nova Energia, conforme detalhado na nota 11, a Companhia efetuou o recolhimento do IOF sobre contrato de mútuo, no montante de R\$17.734.

## Notas Explicativas

## 29. PARTES RELACIONADAS

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
<b>Ativo</b>					
Contas a receber de clientes - AES Tietê Integra (i)		2.891	1.946	–	–
Outros ativos	9				
Contas a receber - Tucano F6		–	235	–	235
Contas a receber - Tucano F7		–	264	–	264
Contas a receber - Tucano F8		–	236	–	236
Contas a receber - Tucano Holdings III S.A.		–	7	–	7
Subarrendamento - Boa Hora 1 (ii)		21	43	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 2 (ii)		24	43	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 3 (ii)		24	43	–	–
Subarrendamento - AGV IV (ii)		26	45	–	–
Subarrendamento - AGV V (ii)		28	45	–	–
Subarrendamento - AGV VI (ii)		26	46	–	–
<b>Subtotal</b>		<b>149</b>	<b>1.007</b>	<b>–</b>	<b>742</b>
Outros ativos	9				
Dividendos a receber da Ventus Holding		40	–	–	–
Dividendos a receber da Miassaba		5	–	–	–
<b>Subtotal</b>		<b>45</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Subtotal circulante</b>		<b>3.085</b>	<b>2.953</b>	<b>–</b>	<b>742</b>
Outros ativos	9				
Contas a receber - Tucano F6		589	–	589	0
Contas a receber - Tucano F7		661	–	661	0
Contas a receber - Tucano F8		589	–	589	0
Contas a receber - Tucano Holdings III S.A.		16	–	16	0
Subarrendamento - Boa Hora 1 (ii)		2.213	2.225	0	0
Subarrendamento - Boa Hora 2 (ii)		2.213	2.225	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 3 (ii)		2.213	2.225	–	–
Subarrendamento - AGV IV (ii)		2.371	2.385	–	–
Subarrendamento - AGV V (ii)		2.371	2.385	–	–
Subarrendamento - AGV VI (ii)		2.372	2.384	–	–
Subtotal não circulante		15.608	13.829	1.855	–
<b>Total do ativo</b>		<b>18.693</b>	<b>16.782</b>	<b>1.855</b>	<b>742</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Fornecedores</b>					
Energia elétrica comprada para revenda					
Compra de energia - AGV Solar IV (iii)		–	613	0	0
Compra de energia - AGV Solar V (iii)		–	1.208	–	–
Compra de energia - AGV Solar VI (iii)		–	1.208	–	–
Subtotal		–	3.029	–	–
Materiais e Serviços - Reembolso de despesas para a AES Corp.	14	10.556	136	10.626	137
Materiais e Serviços - Reembolso de despesas para a controladora AHB	14	1.856	–	1.856	–
<b>Subtotal</b>		<b>12.412</b>	<b>136</b>	<b>12.482</b>	<b>137</b>
<b>Total</b>		<b>12.412</b>	<b>3.165</b>	<b>12.482</b>	<b>137</b>
Obrigações com entidade de previdência privada	18				
		124.729	120.226	124.729	120.226
Obrigações com benefícios pós-emprego (v)					

**Notas Explicativas**

Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil	–	7.373	–	7.373
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil II	–	5.867	–	5.867
<b>Total do passivo</b>	<b>137.141</b>	<b>136.631</b>	<b>137.211</b>	<b>133.603</b>

## Notas Explicativas

		Controladora			
		01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
<b>Resultado</b>					
Receita operacional líquida					
	AES Tietê Integra (v)	7.029	13.669	1.401	2.246
	<b>Subtotal</b>	<b>7.029</b>	<b>13.669</b>	<b>1.401</b>	<b>2.246</b>
	Venda de energia - Ametista (vi)	69	3.927	—	1.939
	Venda de energia - Dourados (vi)	67	3.155	—	1.773
	Venda de energia - Maron (vi)	—	1.731	—	1.064
	Venda de energia - Pilões (vi)	—	2.091	—	1.230
	Venda de energia - Pelourinho (vi)	—	—	—	355
	Venda de energia - AGV Solar IV (vi)	13	13	—	—
	Venda de energia - AGV Solar VI (vi)	13	13	—	—
	Venda de energia - Santo Antonio de Pádua (vi)	134	134	—	—
	Venda de energia - São Cristóvão (vi)	1.076	1.076	—	—
	Venda de energia - São Jorge (vi)	791	791	—	—
	<b>Subtotal</b>	<b>2.163</b>	<b>12.931</b>	<b>—</b>	<b>6.361</b>
	<b>Total</b>	<b>9.192</b>	<b>26.600</b>	<b>1.401</b>	<b>8.607</b>
Energia elétrica comprada para revenda					
	Compra de energia - Ametista (vi)	(69)	(3.927)	—	(1.939)
	Compra de energia - Dourados (vi)	(67)	(3.155)	—	(1.773)
	Compra de energia - Pilões (vi)	—	(2.091)	—	(1.230)
	Compra de energia - Pelourinho (vi)	—	—	—	(355)
	Compra de energia - Maron (vi)	—	(1.731)	—	(1.064)
	Compra de energia - AGV IV (iii)	(13)	(13)	(1.795)	(3.591)
	Compra de energia - AGV V (iii)	—	—	(3.548)	(7.095)
	Compra de energia - AGV VI (iii)	(13)	(13)	(3.548)	(7.095)
	Venda de energia - Santo Antonio de Pádua (vi)	(88)	(88)	—	—
	Venda de energia - São Cristóvão (vi)	(924)	(924)	—	—
	Venda de energia - São Jorge (vi)	(774)	(774)	—	—
	<b>Subtotal</b>	<b>(1.948)</b>	<b>(12.716)</b>	<b>(8.891)</b>	<b>(24.142)</b>
	VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (iv)	18	(2.252)	(4.503)	(2.804)
					(5.607)
Resultado financeiro					
	Receita de subarrendamento com partes relacionadas	28	335	672	336
	Despesa de subarrendamento com partes relacionadas	28	(335)	(672)	(336)
	<b>Total do resultado</b>	<b>4.992</b>	<b>9.381</b>	<b>(10.294)</b>	<b>(21.142)</b>

- (i) Contratos de compra e venda de energia proveniente de fonte renovável celebrado entre a Companhia e a AES Tietê Integra. Esses contratos têm período de suprimento de janeiro de 2020 a dezembro de 2024, preço valorado entre R\$185,50 e R\$256,00, volume envolvido de

## Notas Explicativas

aproximadamente 93,3 MWm e permanecerão em vigor até o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.

- (ii) Refere-se aos contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora. As condições das sublocações estão apresentadas na nota explicativa nº 17 - Passivo de Arrendamento. Os montantes foram reconhecidos no ativo circulante e não circulante, nas rubricas de Outros créditos e contas a receber de partes relacionadas, nos montantes de R\$132 e R\$13.822, respectivamente, totalizando R\$13.954.
- (iii) Refere-se aos contratos de compra e venda de energia celebrado entre a Companhia e as controladas da AGV Solar. Esses contratos têm validade para o ano de 2020 ao preço de R\$190 (reais), atualizados pelo IPCA, e volume envolvido de aproximadamente 19,8 MWm. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.
- (iv) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo da Funcesp, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 18.
- (v) Contrato de prestação de serviços entre as controladas AES Tietê Integra e Boa Hora 3, tendo como finalidade a construção de uma subestação para conexão do Complexo Solar Boa Hora, com vigência até dezembro de 2018. Em aditivo firmado em 26 de dezembro de 2018, a vigência deste contrato foi prorrogada. Atualmente, a subestação encontra-se finalizada e energizada.
- (vi) A partir de fevereiro de 2019, contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro da Companhia com algumas de suas controladas do Complexo Eólico Alto Sertão II, pois estas controladas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valorados ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 222,91 MWm de venda e 42,91 MWm de compra, sem efeito financeiro na demonstração consolidada devido às diferenças de preço entre os submercados. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE.

### 29.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração no semestre findo em 30 de junho de 2021 é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Benefícios de curto prazo	2.407	4.015	1.747	3.434
Benefícios pós-emprego	28	55	26	51
Outros benefícios de longo prazo	43	90	166	317
Remuneração baseada em ações (i)	37	80	116	215
<b>Total</b>	<b>2.515</b>	<b>4.240</b>	<b>2.055</b>	<b>4.017</b>

- (i) Compostos por ações e opções de ações da AES Corp outorgadas à alta administração.

## Notas Explicativas

### 30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

#### 30.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Notas	Consolidado				Categoria	
		30.06.2021		31.12.2020			
		Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil		Valor justo
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>							
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	4		17.924	17.924	9.436	9.436	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	4	Nível 2	86.476	86.476	495.438	495.438	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	4	Nível 2	946.688	946.688	1.521.031	1.521.031	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5		242.172	242.172	286.571	286.571	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	8		230.567	230.567	174.765	174.765	Custo amortizado
<b>Total</b>			<b>1.523.827</b>	<b>1.523.827</b>	<b>2.487.241</b>	<b>2.487.241</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>							
Fornecedores	14		196.026	196.026	1.472.805	1.472.805	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16		4.521.010	4.536.518	4.666.873	4.763.086	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	16	Nível 2	1.259.982	1.259.982	592.009	592.009	Valor justo por meio do resultado
Passivo de arrendamento	17		104.881	104.881	88.211	88.211	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	21	Nível 2	207.804	207.804	8.039	8.039	Designado para hedge de fluxo de caixa
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			841	841	31.360	31.360	Custo amortizado
<b>Total</b>			<b>6.290.544</b>	<b>6.306.052</b>	<b>6.859.297</b>	<b>6.955.510</b>	

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

#### Instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição a: (i) risco cambial dos empréstimos captados no exterior por meio de *SWAPs*, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI; e (ii) a contratação de proteção cambial referente a compra de aerogeradores em moeda estrangeira (nota explicativa nº 1.1), por meio de *NDFs*. Estas se qualificam como *hedge accounting* e estão classificadas como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

## Notas Explicativas

Os contratos em aberto em 30 de junho de 2021 são os seguintes:

Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Valor Nocial (moeda estrangeira)	Valor MTM em R\$
29/12/2020	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	116.122	(33.571)
31/3/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	138.169	(137.705)
2/2/2021	Cash Flow Hedge	Euro	Euro	NDF (ii)	5.265	(2.816)
2/2/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	Dólar	NDF (ii)	5.197	(1.658)
19/3/2021	Cash Flow Hedge	Euro	Euro	NDF (ii)	5.010	(3.488)
19/3/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	Dólar	NDF (ii)	3.448	(1.854)
29/3/2021	Cash Flow Hedge	Euro	Euro	NDF (ii)	285	(281)
29/3/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	Dólar	NDF (ii)	1.468	(1.229)
6/4/2021	Cash Flow Hedge	Euro	Euro	NDF (ii)	9.213	(7.402)
7/4/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	Dólar	NDF (ii)	4.824	(2.890)
8/4/2021	Cash Flow Hedge	Euro	Euro	NDF (ii)	4.941	(3.713)
8/4/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	Dólar	NDF (ii)	5.154	(3.127)
22/4/2021	Cash Flow Hedge	Euro	Euro	NDF (ii)	4.477	(3.125)

(i) A Companhia contratou operações de derivativo de swap de câmbio, no valor nocial de U\$S116.122 e U\$S138.169, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$600.000 e R\$ 800.000 com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão dos empréstimos em moeda estrangeira (nota explicativa nº 16.3), captadas nesta mesma data. O primeiro instrumento derivativo trocou o risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI+1,50 a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. Já segundo instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI+ 1.48%, com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

(ii) Durante o primeiro semestre de 2021, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar e em euro do contrato de fornecimento de turbina eólica assinado com a Nordex, a controlada direta Tucano Holding I contratou operações de derivativos denominada de *NDF* nos valores nocial de U\$S 20.091 e EUR 29.190.

Os contratos de *NDF* em aberto em 30 de junho de 2021 por faixa de vencimentos são os seguintes:

Data de Vencimento	Montante em EUR	Montante em USD
ago. 2021	8.870	—
jan. 2022	1.179	—
mar. 2022	808	—
abr. 2022	4.637	—
mai. 2022	3.232	—
jun. 2022	1.194	—
jul. 2022	2.326	7.602
ago. 2022	1.984	6.516
set. 2022	2.480	1.629
out. 2022	992	1.086
nov. 2022	1.488	3.258
Total	29.190	20.091

Em 30 de junho de 2021, baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente (descontados a taxas de mercado apresentadas pela Bloomberg), a Companhia calculou a estimativa de valor de mercado das operações de *swap* e *NDF*.

## Notas Explicativas

### Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquidos são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxa variáveis são reconhecidas na demonstração do resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos. Adicionalmente os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva das *NDFs* que protegem o ativo imobilizado da Companhia são reconhecidas no resultado ao mesmo tempo em que o item protegido afeta a despesas de depreciação.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado com ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverão ser contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente.

### 30.2 Gerenciamento de riscos

#### (a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de junho de 2021 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	84.342	492.617	104.400	504.874
Investimentos de curto prazo	354.416	1.033.186	946.688	1.521.031
Contas a receber de clientes	150.779	181.759	242.172	286.571
Cauções e depósitos vinculados	34.747	52.990	230.567	159.799
<b>Total da exposição</b>	<b>624.284</b>	<b>1.760.552</b>	<b>1.523.827</b>	<b>2.472.275</b>

## Notas Explicativas

### (a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

Notas	Controladora		Consolidado		
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	5.116.010	4.887.324	5.780.992	5.258.882
Garantias de financiamento	8	(16.270)	(34.694)	(208.579)	(141.462)
Caixa e equivalentes de caixa	4	(84.342)	(492.617)	(104.400)	(504.874)
Investimentos de curto prazo	4	(354.416)	(1.033.186)	(946.688)	(1.521.031)
<b>Dívida líquida</b>		<b>4.660.982</b>	<b>3.326.827</b>	<b>4.521.325</b>	<b>3.091.515</b>
Patrimônio líquido		1.795.061	1.842.458	1.795.061	1.842.458
<b>Índice de alavancagem financeira</b>		<b>259,66 %</b>	<b>180,56 %</b>	<b>251,88 %</b>	<b>167,79 %</b>

Do endividamento financeiro total consolidado em 30 de junho de 2021, 9,29% (12,10% em 31 de dezembro de 2020) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 4,0 anos (4,2 anos em 31 de dezembro de 2020).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 16.7.

### (a.3) Risco de liquidez

A seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 30 de junho de 2021	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	196.026	–	–	–	–
Debêntures	65.814	588.319	984.268	823.839	3.257.107
Empréstimos e Financiamentos	27.552	82.388	107.270	923.263	847.084
Passivo de arrendamento	361	1.973	3.112	11.089	88.346
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	841	–	–	–
<b>Total</b>	<b>289.753</b>	<b>673.521</b>	<b>1.094.650</b>	<b>1.758.191</b>	<b>4.192.537</b>

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de junho de 2021.

### (a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

#### Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à

## Notas Explicativas

flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 30 de junho de 2021, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de junho de 2021 é:

	Notas	30.06.2021
Equivalentes de caixa	4	86.476
Investimentos de curto prazo	4	946.688
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(5.703.002)
<b>Total da exposição líquida</b>		<b>(4.669.838)</b>

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de junho de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

### Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

## Notas Explicativas

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 30.06.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,11%	4,66%	6,21%	7,76%	9,32%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	88.833	2.689	4.030	5.370	6.711	8.060
Investimentos de curto prazo	CDI	946.688	29.442	44.116	58.789	73.463	88.231
<b>Impacto no resultado</b>			<b>37.083</b>	<b>55.624</b>	<b>74.166</b>	<b>92.708</b>	<b>111.249</b>
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 30.06.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,11%	4,66%	6,21%	7,76%	9,32%
7ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	CDI	(761.341)	(33.883)	(45.837)	(57.791)	(69.746)	(81.777)
9ª Emissão de Debêntures (1ª Série)	CDI	(1.396.479)	(57.830)	(79.691)	(101.553)	(123.415)	(145.418)
Scotiabank 4131	CDI	(1.259.982)	(58.673)	(78.496)	(98.318)	(118.141)	(138.092)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(150.386)</b>	<b>(204.024)</b>	<b>(257.662)</b>	<b>(311.302)</b>	<b>(365.287)</b>
IPCA			2,04%	3,06%	4,08%	5,11%	6,13%
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(58.094)	(5.696)	(6.334)	(6.974)	(7.615)	(8.253)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(64.768)	(6.522)	(7.235)	(7.951)	(8.667)	(9.380)
5ª Emissão de Debêntures	IPCA	(225.356)	(19.636)	(22.085)	(24.545)	(27.007)	(29.456)
6ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(384.497)	(34.444)	(38.632)	(42.839)	(47.049)	(51.237)
8ª Emissão de Debêntures	IPCA	(214.339)	(17.539)	(19.857)	(22.185)	(24.515)	(26.833)
9ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(722.042)	(49.432)	(57.143)	(64.889)	(72.642)	(80.354)
9ª Emissão de Debêntures (3ª Série)	IPCA	(201.497)	(13.795)	(15.947)	(18.108)	(20.272)	(22.424)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(147.064)</b>	<b>(167.233)</b>	<b>(187.491)</b>	<b>(207.767)</b>	<b>(227.937)</b>
TJLP			3,34%	5,02%	6,69%	8,36%	10,03%
BNDES	TJLP	(414.607)	(23.531)	(30.654)	(37.728)	(44.815)	(51.895)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(23.531)</b>	<b>(30.654)</b>	<b>(37.728)</b>	<b>(44.815)</b>	<b>(51.895)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(283.898)</b>	<b>(346.287)</b>	<b>(408.715)</b>	<b>(471.176)</b>	<b>(533.870)</b>

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

### Risco de moeda estrangeira

Como objetivo de se proteger integralmente do resultado das variações cambiais a Companhia executou derivativos de *swap*, a administração designou os instrumentos como *hedge* de fluxo de caixa. Adicionalmente, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes em compromissos futuros, a controlada direta Tucano Holding I contratou instrumentos financeiros derivativos (Non-Deliverable Forward (NDF)). As taxas médias de câmbio consideradas para o dólar e euro, na data base de 30 de junho de 2021, foram obtidas na Bloomberg, no valor de USD5,82 e EUR6,79, respectivamente. A contratação destas operações não apresentam caráter especulativo e ambos os instrumentos possuem *hedge accounting*. Dessa forma, a Companhia não apresenta a análise de sensibilidade destas exposições, pois as flutuações da taxa de câmbio estão sendo reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes.

Para que uma relação de cobertura seja classificada como *hedge accounting*, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, foram executados testes prospectivos e retrospectivos de modo a demonstrar que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada deve ser reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

## **Notas Explicativas**

**Notas Explicativas****31. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA**

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Compensações de PIS e COFINS	42.245	38.327	43.443	54.732
Compensações de IRPJ e CSLL	26.757	55.363	26.757	70.705
<b>Total</b>	<b>69.002</b>	<b>93.690</b>	<b>70.200</b>	<b>125.437</b>

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	104.729	219.221	116.201	230.168
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	1.955	3.730	10.685	6.269
<b>Total de pagamento de juros</b>	<b>106.684</b>	<b>222.951</b>	<b>126.886</b>	<b>236.437</b>

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	2.125	948.090	157.835	1.067.977
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	–	66.910	–	–
Venda de participação acionária, líquido do caixa das empresas desconsolidadas	–	–	–	9.611
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	321.271	239.427	572.763	238.204
<b>Total</b>	<b>323.396</b>	<b>1.254.427</b>	<b>730.598</b>	<b>1.315.792</b>

**Notas Explicativas****31.2 Atividade de financiamento**

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
<b>Notas</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>4.887.324</u>	<u>31.360</u>	<u>4.127.095</u>	<u>5.258.882</u>	<u>31.360</u>	<u>4.293.812</u>
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos	800.000	—	800.000	800.000	—	800.000
Pagamentos de principal	(507.925)	—	(507.925)	(549.747)	—	(549.747)
Diferimento custos de transação	—	—	—	(1.191)	—	(1.191)
Pagamento de encargos financeiros (i)	(103.727)	—	(103.727)	(112.472)	—	(112.472)
Juros capitalizados	(1.955)	—	(1.955)	(10.685)	—	(10.685)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	—	(109.453)	(109.453)	—	(109.453)	(109.453)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Efeito da aquisição do Complexo Salinas e Mandacaru	—	—	—	332.000	—	332.000
Encargos de dívida	105.709	—	105.709	121.834	—	121.834
Variação monetária	80.199	—	80.199	85.986	—	85.986
Variação cambial	(143.615)	—	(143.615)	(143.615)	—	(143.615)
Destinação de dividendos	—	78.934	78.934	—	78.934	78.934
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>5.116.010</u>	<u>841</u>	<u>4.325.262</u>	<u>5.780.992</u>	<u>841</u>	<u>4.785.403</u>

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

## Notas Explicativas

### 32. COMPROMISSOS

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas informações contábeis:

Posição em 30 de junho de 2021	Controladora						Total
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	8.132	8.132	8.132	8.132	8.132	24.395	65.055
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	156.793	156.793	156.793	156.793	156.793	474.354	1.258.319
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	52.679	52.679	52.679	52.679	52.679	158.037	421.432
Encargos de conexão	2.936	2.936	2.936	2.936	2.936	8.809	23.489
Modernização e manutenção de usinas	5.196	1.020	704	–	–	–	6.920
Contratos de compra de energia	370.945	136.885	28.105	–	–	–	535.935
<b>Total</b>	<b>596.681</b>	<b>358.445</b>	<b>249.349</b>	<b>220.540</b>	<b>220.540</b>	<b>665.595</b>	<b>2.311.150</b>

Posição em 30 de junho de 2021	Consolidado						Total
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	10.892	10.892	10.892	10.892	10.892	82.643	137.103
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	177.397	177.397	177.397	177.397	177.397	960.586	1.847.571
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	52.679	52.679	52.679	52.679	52.679	158.037	421.432
Encargos de conexão	4.445	4.445	4.445	4.445	4.445	165.373	187.598
Modernização e manutenção de usinas	555.170	119.206	40.302	55	–	–	714.733
Fornecimento de turbinas eólicas (i)	364.299	364.299	364.299	–	–	–	1.092.897
Contratos de compra de energia	370.945	136.885	28.105	–	–	–	535.935
<b>Total</b>	<b>1.535.827</b>	<b>865.803</b>	<b>678.119</b>	<b>245.468</b>	<b>245.413</b>	<b>1.366.639</b>	<b>4.937.269</b>

(i) No 1º trimestre de 2020, a controlada indireta Tucano Holding I assinou um contrato de serviços de fornecimento de turbinas eólicas para construção do Complexo Eólico Cajuína.

### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Complexo Eólico Serra Verde

Em 19 de julho de 2021, após o cumprimento de condições precedentes previstas em SPA, a controlada direta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 7 SPEs que compõem o projeto do Complexo Eólico Serra Verde, com capacidade instalada de 256MWm pelo valor total de R\$93.050. O projeto, localizado nos municípios de Bodó, Cerro Corá, Santana do Matos e Fernando Pedroza no Rio Grande do Norte, consiste em 5 SPEs com 201MWm em estágio avançado e 2 SPEs com 55MWm, que estão em estágio intermediário.

#### Complexo Eólico Cajuína (Aquisição de empresas São Ricardo)

Em 30 de julho de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 14 SPEs com capacidade instalada de 420 MW, localizadas em Maracanaú no Ceará, que compõem a segunda fase projeto Cajuína, chamada São Ricardo, pelo valor total de R\$ 107.562.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Tietê Energia S.A.

São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Tiete Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Daniel A da Silva Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O 2

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os Diretores da AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis da Companhia referentes trimestre findo em 30 de junho de 2021.

São Paulo, 03 de agosto de 2021.

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier

Diretor Vice-Presidente

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os Diretores da AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis da Companhia referentes trimestre findo em 30 de junho de 2021.

São Paulo, 03 de agosto de 2021.

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier

Diretor Vice-Presidente